



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM LETRAS – HABILITAÇÃO EM
LÍNGUA ESPANHOLA**

FRANKSNILSON RAMOS SANTANA

**UN VIAJE A TRAVÉS DEL ESPAÑOL Y DEL PORTUGUÉS HACIA SU
DEFINICIÓN Y EXPANSIÓN**

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

FRANKSNILSON RAMOS SANTANA

**UN VIAJE A TRAVÉS DEL ESPAÑOL Y DEL PORTUGUÉS HACIA SU
DEFINICIÓN Y EXPANSIÓN**

Monografia apresentada como pré-requisito à conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Letras – Língua Espanhola, da Universidade Estadual da Paraíba.

Orientador: Prof. Esp. Gustavo Enrique Castellón Agudelo

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S232v Santana, Franksnilson Ramos.
Un viaje a través del español y del portugués hacia su definición
y expansión [manuscrito] / Franksnilson Ramos Santana. - 2014.
71 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Prof. Esp. Gustavo Enrique Castellón Agudelo,
Departamento de Letras".

1. Linguística Românica. 2. Lengua Española. 3. Lengua
Portuguesa. I. Título.

21. ed. CDD 440

FRANKSNILSON RAMOS SANTANA

**UN VIAJE A TRAVÉS DEL ESPAÑOL Y DEL PORTUGUÉS HACIA SU
DEFINICIÓN Y EXPANSIÓN**

Monografia apresentada como pré-requisito à conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Letras – Língua Espanhola, da Universidade Estadual da Paraíba.

Orientador: Prof. Esp. Gustavo Enrique Castellón Agudelo

Aprovado em 21 de FEVEREIRO de 2014.

GUSTAVO E. CASTELLÓN A.

Nota: 10,0

Prof. Esp. Gustavo Enrique Castellón Agudelo / UEPB

Orientador

Alessandro Giordano

Nota: 10,0

Prof. Esp. Alessandro Giordano / UEPB

Examinador

Yeman Omar Zapata Barbosa

Nota: 10,0

Prof. Yeman Omar Zapata Barbosa / UEPB

Examinador

Média: 10,0

**CAMPINA GRANDE
2014**

(...) la [lengua] portuguesa tiene más del castellano que ninguna de las otras [catalán y valenciano], tanto que la principal diferencia que a mi parecer se halla entre las dos lenguas es la pronunciación y ortografía. (VALDÉS: 1940, p. 30)

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, devo todo o cumprimento da graduação a Deus, pois Ele me conduziu até este momento, me ensinando a ser sábio e me fazendo quebrar a cabeça para me tornar inteligente. Não sei se o tenho conseguido, mas a verdade é que tudo o que sou hoje, pequeno ou grande, é por querer de Deus e sua vontade assim se concretiza;

Sou grato a Deus pelo apoio que meus pais, Genilson e Francilene, me têm dado para concluir meu curso, mas sem me esquecer da educação que por eles recebi desde muito jovem que para mim foi o mais fundamental; me falta aqui destacar meus irmãos, mais novos, que aprenderam um pouco sobre o que é ser universitário e ter que renunciar até o próprio sono para elaborar trabalhos que valiam às vezes 2,0 pontos;

Agradeço também ao restante dos meus parentes dos quais recebi grande apoio, com destaque a meu primo Wendenberg, hoje professor, com o qual compartilhei conhecimentos e aprendi muitas coisas relativas ao mundo acadêmico;

Agradeço ao apoio e compreensão da minha atual noiva, Sarah, como também pelo seu grande amor a mim sempre provado, ainda que o amor não precise ser provado;

Agradeço aos que não são meus parentes, mas que são amigos e colegas, como também aos irmãos da igreja, em fim, pessoas que sempre estiveram do meu lado me ensinando as boas como também as más influências e consequências que a faculdade me poderia gerar;

Por último, sou grato a todos os professores e professoras, desde àqueles que me ensinaram a pegar num lápis e me dizer qual a sua utilidade até aqueles que na Universidade não evitaram “dar um nó” em meu juízo, como Secundino Vigón Artos ao dizer que “o gerúndio é advérbio de modo e não um verbo”, e a quem sou muito grato por seu companheirismo e preocupação em me ensinar tanta coisa complicada; me falta destacar outros, como meu orientador Castellón por seu modo tão simples e eficaz de guiar um orientando, Alessandro, Alfredina, Gilda, Thays, Roberta, Yeman, atuais companheiros de trabalho na UEPB, e grato também aos professores passados, Milena, Carlos Eduardo, Marcos Queiroz, etc. Todos me colocaram dentro do universo de Letras como também dentro do mundo hispânico. Sou grato a todos os professores que passaram por minha vida – se o dinheiro fosse reflexo de suas dedicações ao ensino, não haveria cidade, estado ou país nenhum no mundo com condições de recompensá-los à altura. Obrigado! ¡Gracias!

RESUMEN

SANTANA, Franksnilson Ramos. **EL RECORRIDO DEL ESPAÑOL Y DEL PORTUGUÉS HASTA HACERSE INDEPENDIENTES** – *motivos y análisis de sus similitudes y diferencias*. Campina Grande, 2014. Trabajo Académico Orientado. Curso de Licenciatura Plena en Letras – Habilitación en Lengua Española. Centro de Integração Acadêmica / UEPB / Departamento de Letras e Artes.

El presente trabajo tiene como objetivo analizar las influencias lingüísticas y culturales ajenas que irrumpieron en tierras hoy íberas, con el intento de descubrir y entender los motivos del alto grado de complicidad lingüística que poseen, y a la vez comprender y presentar concisamente las mínimas diferencias y autonomías de las lenguas. Para eso, comenzamos con el estudio de los aborígenes, que a pesar de haber existido hace muchos años antes de Cristo en Iberia, dejaron huellas en topónimos que hay ahí. Este mismo tipo de influencia siguió y se desarrolló con los fenicios, griegos y fenicios cartaginenses. Adelante, exponemos con más destaque la romanización y la fuerza y características del latín vulgar, ya que a partir de este momento el latín vulgar tiende a compactarse formando los romances, lo que ocurre sólo al final del establecimiento bárbaro en la Península. Pues justo antes de la llegada de los árabes, ya existe un tratamiento peculiar del latín vulgar en tierras lusas por causa de la antigua ocupación celta y el presente reino suevo, pero aun así España y Portugal heredan mismas o casi las mismas voces germánicas (algunas son presentadas). Durante la ocupación árabe, el portugués se desarrolla ya como dialecto romance en el reino de Portugal y el español (castellano) en el reino de Castilla, y, cuando los cristianos por fin reconquistan la tierra ibérica, español y portugués se definen y son tratadas como lenguas nacionales. Durante este traspaso, el romance español y el portugués son fuertemente influenciados por arabismos, como nos proponemos mostrar. La hermandad de los dos idiomas, explicada por el factor de ser lenguas de mismo origen y también porque mutuamente heredan rasgos lingüísticos de otros pueblos, no va a terminar tampoco cuando español y portugués se hagan autónomos en la reconquista. De esta manera, finalizamos el trabajo explicando la relación del portugués y del español enfin como lenguas, en el momento de expansión y definición de ambas, y acabaremos llegando a la convicción de que nunca han existido barreras lingüísticas que imposibilitasen la relación y contacto de los dos idiomas, lo que ha hecho con que el alejamiento del español del portugués no sea tan grande como es entre otros países de lengua neolatina que hacen frontera.

PALABRAS CLAVE: Relación español-portugués. Influencias ajenas. Similitudes.

RESUMO

SANTANA, Franksnilson Ramos. **EL RECORRIDO DEL ESPAÑOL Y DEL PORTUGUÉS HASTA HACERSE INDEPENDIENTES** – *motivos y análisis de sus similitudes y diferencias*. Campina Grande, 2014. Trabajo Académico Orientado. Curso de Licenciatura Plena en Letras – Habilitación en Lengua Española. Centro de Integração Acadêmica / UEPB / Departamento de Letras e Artes.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as influências linguísticas e culturais alheias que irromperam em terras hoje lusas e espanholas, com o intuito de descobrir e entender os motivos do alto grau de cumplicidade linguística que possuem, y ao mesmo tempo compreender e apresentar de forma sucinta as mínimas diferenças y autonomias das línguas. Para isso, começamos com o estudo dos aborígenes, que apesar de haverem existido há muitos anos antes de Cristo na Ibéria, deixaram marcas em topônimos que lá existem. Este mesmo tipo de influência seguiu e se desenvolveu com os fenícios, gregos e fenícios cartagineses. Posteriormente, expomos com mais destaque a romanização e a força e características do latim vulgar, já que a partir deste momento o latim vulgar tende a compactar-se formando os romances, o que ocorre somente ao final do estabelecimento bárbaro na Península. Pois justamente antes da chegada dos árabes, já existe um tratamento peculiar do latim vulgar em terras lusas por causa da antiga ocupação celta e o presente reino suevo, mas mesmo assim Espanha e Portugal herdaram mesmas ou quase as mesmas vozes germânicas (algumas são apresentadas). Durante a ocupação árabe, o português se desenvolve já como dialeto romance no reino de Portugal e o espanhol (castelhano) no reino de Castela, e, quando os cristãos por fim reconquistam a terra ibérica, espanhol y português se tornam independentes e são tratadas como línguas nacionais. Durante este transcurso, o romance espanhol e o português são fortemente influenciados por arabismos, como nos propomos a mostrar. A irmandade dos dois idiomas, explicada pelo fator de serem línguas de mesma origem e também porque mutuamente herdaram traços linguísticos de outros povos, não vai terminar nem mesmo ao se tornarem espanhol e português idiomas autônomos na reconquista. Desta maneira, finalizamos o trabalho explicando a relação do português e do espanhol enfim como línguas, no momento de expansão y definição de ambas, e acabaremos chegando à convicção de que nunca existiram barreiras linguísticas que impossibilitassem a relação e contato dos dois idiomas, o que tem feito com que o distanciamento do espanhol do português no seja tão grande como é entre outros países de língua neolatina que fazem fronteira.

PALAVRAS-CHAVE: Relação espanhol-português. Influências alheias. Semelhanças.

LISTA DE SIGLAS

cat. – lengua catalana

celt. – lengua celta

esp. – lengua española

eusk. – lengua euskera

fen. – lengua fenicia

germ. – lengua germánica

it. – lengua italiana

lat. – lengua latina

lat. vulg – lengua latina vulgar

lat. clás. – lengua latina clásica

port. – lengua portuguesa

SUMARIO

INTRODUCCIÓN.....	12
1. PUEBLOS Y LENGUAS ANTES DEL DOMINIO ROMANO EN IBERIA – LA PRE-HISTORIA.....	13
1.1 El vasco y el sustrato euskera.....	16
1.2 Los celtas y el celtíbero.....	17
2 - LA CONQUISTA ROMANA DE HISPANIA	18
3 - LA LATINIZACIÓN.....	19
4. EL LATÍN VULGAR.....	21
4.1 Características del latín vulgar.....	22
4.1.2 La fonología.....	22
4.1.2. Las vocales.....	22
4.1.2.2 Las consonantes.....	25
4.1.3 Morfología.....	28
4.1.4 Sintaxis.....	30
1.5 Léxico.....	32
4.2 La fuerza del latín – puente a las lenguas romances en Hispania.....	33
5. LA INVASIÓN BÁRBARA Y EL DESCENSO DEL LATÍN VULGAR.....	36
5.1 El superestrato germánico.....	38
5.2 La caída del latín vulgar y el proto-romance.....	40
6. LA INVASIÓN MUSULMANA Y EL SURGIMIENTO DEL ROMANCE HISPÁNICO.....	41
6.1 El árabe y la fragmentación del romance hispánico.....	42
6.2 El romance hispánico.....	43
6.3 El superestrato árabe.....	44
6.3.1 Sucinta presentación de la influencia de la fonética, morfología, sintaxis y semántica árabe en Hispania.....	45
7. LA RECONQUISTA Y FORMACIÓN DE ESPAÑA Y PORTUGAL.....	46
7.1 España y Portugal en el nuevo mundo.....	48
8. EL CASTELLANO Y EL PORTUGUÉS DENTRO DE LA RECONQUISTA...49	
8.1 El gallego-portugués y su ruptura.....	50

8.2 El portugués.....	50
8.3 El castellano.....	51
8.3.1 Los cartularios de Valpuesta.....	52
8.3.2 Las Glosas Emilianenses.....	53
9. EL ESPAÑOL Y EL PORTUGUÉS MEDIEVAL Y EL SIGLO DE ORO.....	55
9.2 El siglo de oro.....	55
9.3 Características del español y portugués – desde el arcaico hasta el siglo XVI.....	56
9.3.1 El español.....	56
9.3.2 El portugués con comparaciones al español.....	59
10 DISCUSIONES SOBRE LA RELACIÓN O CONTACTO ESPAÑOL- PORTUGUÉS.....	61
CONCLUSIÓN.....	67
BIBLIOGRAFÍAS.....	69
WEBGRAFÍAS.....	71

INTRODUCCIÓN

Es evidente que en los últimos años el contacto español-portugués ha estado más fuerte y percibido en el mundo (aunque no haya muchos estudios sobre ello). Esta relación de las dos lenguas se expande a la historia, culturas y creencias de las cuales ambas mutuamente se vistieron en el momento de su origen, expansión y definición.

Nuestro principal objetivo en este trabajo es buscar el o los porqués de la incontestable similitud de los dos idiomas en los registros históricos de la Península Ibérica hasta el momento en que ambos se autenticaron; intentaremos saber también por qué se diferencian, presentar diferencias como también rasgos autónomos de los dos idiomas; explicar las interferencias de los sustratos y superestratos que resultaron mutuamente en los dos idiomas. Será de esta forma inevitable que nos asociemos al inicio de todo, desde antes del latín, lengua madre, e investiguemos de cuáles maneras las lenguas española y portuguesa fijaron su identidad propia y por qué esas identidades fueron (y son) compartidas entre las dos naciones, en cuanto al vocabulario, ortografía, fonética, aspectos culturales, etc., y eso comprobaremos poco a poco con el estudio descriptivo y comparativo de las dos lenguas.

El contacto sociocultural entre los residentes del territorio hoy de España y Portugal es demasiado antiguo, de cuatro o quizás cinco milenios, sin embargo, el contacto puramente lingüístico español-portugués surge desde el momento en que eran dialectos vulgares del latín, que fue modificado por los que vivían en la Península Ibérica años después de la Reconquista cristiana, lo que hizo con que las dos lenguas y las otras neolatinas fueran llamadas romances. Si hablamos de hoy, sentimos una relación extralingüística lejos de extinguirse, pero aún más favorable a un avance, puesto que el mismo contacto cruzó el atlántico y se estableció expandiéndose en América desde el siglo XVI con las colonizaciones españolas y portuguesas ahí. Por estos motivos, nos resultaría muy costoso que hiciéramos una investigación de tipo diacrónico (paso a paso desde antes del latín hasta hoy), y a la vez porque sería un estudio intercontinental de los dos idiomas. Por eso, nos limitaremos hasta el periodo de definición y expansión de ambas, aunque seguramente presentaremos resultados actuales de dicha relación y/o contacto.

Por tanto, este trabajo investigativo de carácter descriptivo, basado principalmente en la sociolingüística y filología, tratará de analizar la relación español-portugués (extralingüística y extracultural), que es muy viva y constante, pero todavía es

interpretada superficialmente y carece de un soporte teórico más vasto. Nuestro estudio será, entonces, más una referencia sobre el tema, y una ayuda científica para los que se dedican a aprender sobre la historia y características lingüísticas del español y portugués. Los autores más importantes citados durante el trabajo serán Lapesa (1981), Coutinho (1962), Ilari (2006), Masip (2003), Poza (2007) y Ramirez Luengo (2010).

1. PUEBLOS Y LENGUAS ANTES DEL DOMINIO ROMANO EN IBERIA – LA PRE-HISTORIA

Como hemos afirmado en la introducción, España y Portugal comparten una historia similar hasta que se establecieron como naciones. Pueblos y lenguas invadieron la Península Ibérica antes de Cristo y no hay un dato exacto que confirmen quiénes fueron los primeros que pisaron tierras hoy lusas e hispanas, aunque hay muchas suposiciones que los primeros habitantes de este territorio eran descendientes de lenguas africanas.

Muchos estudiosos, por su vez, sostenidos por investigaciones arqueológicas, etnológicas, etnográficas y lingüísticas, indican los pueblos cántabro-pirenaico y mediterráneo como los primitivos, de los cuales proceden los íberos, vascos y tartesios (COUTINHO: 1962, p. 51). De estos tres, se destacan los íberos, de supuesta origen norte-africana, por su dominio cultural y territorial, y fueron por primera vez así llamados por los griegos, quienes nombraron también a Iberia a todo el territorio peninsular; el pueblo vasco deja hoy como vestigio importantísimo de su existencia la lengua de origen no-latino; los tartesios (de Tartessos) o turdetanos, de origen no descubierta, ocuparon el sur de la actual España y Portugal, y comandaban una tierra llena de riquezas materiales, como el oro, plata, marfil y principalmente cobre, y mantenía relaciones comerciales con los navegadores orientales, como mostrará la Santa Biblia y otras literaturas (LAPESA: 1981, p. 14-15). Podemos afirmar al fin y al cabo que en este momento Iberia se dividía en dos: la de los (celt)íberos (donde se incluían también los vascos), una tierra que se extendía desde el centro y norte de la actual España y Portugal; y la de los turdetanos, de la gran Tartessos, con un territorio delimitado al sur, en lo que hoy es Andalucía y sur de Portugal.

El interés por el territorio sur turdetano llegó a los fenicios y griegos, los cuales trabaron una pelea por comandarla. La pugna termina con la victoria de los fenicios y

expulsión de las colonias griegas, lo que provocó la debilidad y fin de Tartessos, puesto que cuando empezaron los fenicios la ocupación de la tierra en 1100 a.C., no se preocuparon con habitarla toda, no fueron colonizadores, se restringieron al comercio y navegación y fueron de esta forma oprimidos por el gran número de indígenas que se esparcían por todo territorio (COUTINHO: 1962, p. 52). Dejaron, no obstante, como legados las colonias (hoy ciudades y/o provincias) de Cádiz, Málaga, y Adra, y además “trouxeram consigo a moeda, o alfabeto, o torno e a oliveria” (MASIP: 2003, p. 25); de manera intensa es el uso de nombres de personas de origen fenicia que usan los hispano y lusoablantes: Aarón (esp.) / Arão (port.) > ‘RN (fen.), Aníbal (esp. y port.) > HN B’L (fen.), Elisa (esp. y port.) > ‘IŠT (fen.), Gabriel (esp. y port.) > GBR’L (fen.), entre otros¹. Los griegos, aprovechando la caída de los fenicios, entraron por fin en Iberia y establecieron ahí factorías que corresponden hoy a Alicante, Denia, Rosas y San Martín de Ampurias. Los griegos dejan como huellas en la Península Ibérica un léxico que destaca por lo científico: autóctonos (esp.) / autóctones (port.), crónica (esp.) / crônica (port.), demonio (esp.) / demônio (port.), fantasma (esp. y port.), nafta (esp. y port.), huérfano (esp.) / órfão (port.), salamandra (esp. y port.), oftalmología (esp.) / oftalmologia (port.), otalgia (esp. y port.), laringitis (esp.) / lariginte (port.), entre otras palabras². Este es un momento de la prehistoria en el que los griegos y fenicios tienen una interesante e importante relación: “O contato das duas civilizações foi salutar ao povo da Península, que se aproveitou da experiência de ambos para o desenvolvimento de sua arte, que foi verdadeiramente notável” (COUTINHO: 1962, p. 52).

Diferentemente, entre los siglos X e VI a. C., se establecieron en el oeste, hoy Portugal y España, los celtas; algunos también habitaron el centro de Hispania, pero por su convivencia con los íberos aborígenes fueron llamados celtíberos. Los celtas vinieron desde el sur de Alemania, son descendentes de los británicos, y tenían una lengua anglosajona.

Al norte y oeste, además, hay que acordar que el territorio ibérico fue poblado por una parte de habitantes indoeuropeos no-celtas (POZA: 2007, p. 46), que por medio de estudios lingüísticos fueron identificados como los ligures, que residían en el sudeste francés y noroeste italiano. Según Lapesa (1981), la inmigración ligur,

¹ Disponible en <http://feniciaymas.blogspot.com.br/2010/05/algunas-palabras-de-origen-fenicio.html> - Consultado en el día 24 de diciembre de 2013.

² Disponible en <http://grecoantiga.org/arquivo.asp?num=0429> - Consultado en el día 24 de diciembre de 2013.

“basada en referencia de historiadores griegos, fue renovada por Menéndez Pidal con el apoyo de significativas coincidencias formales entre topónimos españoles y otros de zonas italianas o francesas que se han venido considerando ligúricas”. (p. 18)

El idioma ligur se observa básicamente a través de los etnónimos, topónimos y antropónimos que han dejado como huellas en Iberia, puesto que la lengua parecía por lo menos en la Península ser celta por el vocabulario y fonética. El mismo autor menciona que estos ligures, de origen no-indoeuropea, sufrieron influencia lingüística de los vecinos indoeuropeos ilirios y/o ambrones: los topónimos de España Langa, Berganza y Toledo equivalen a los ligures Langa, Bergenza y Toletto de Piamonte y Lombardía, en la Italia antes de Cristo; son considerados ligures también los topónimos de la Iberia prerromana con sufijo -asco, -osco y -usco: Beasque, Viascón (Pontevedra), Tarascón (Orense), Piasca (Santander), Benasque (Huesca), Balasc (Lérida), Magasca (río de la provincia de Cáceres), Benascos (Murcia), Amusco (Palencia), Ledusco (Coruña), Orusco (Madrid), Biosca (Lérida); algunos topónimos con raíz borm-, borb- y born- son ligures con influencia iliria, como Bormela (en Portugal), Bormate (en Albacete), Bormujos (en Sevilla), Bornos (en Cádiz) y Borbén (en Pontevedra), así como el sufijo -ona de los topónimos Barcelona, Badalona y otros, percibido en el sur de Francia, Norte de Italia y en la Iliria Balcánica; sin embargo, los topónimos Corconte, Corcuera, Caravantes, Carabanzo, Caravia, Carabanchel, de Soria Asturias y Madrid, poseen equivalencias solamente con Iliria; por el otro lado Ambrona, Ambroa y Hambrón, de Soria, Coruña y Salamanca, corresponden a los Ambrones (LAPESA: 1981, p. 18-19).

Mientras tanto, como indica Lapesa (1981, p. 19),

muchas ciudades fundadas por los celtas tienen nombres guerreros, compuestos con briga ‘fortaleza’ o sego, segi ‘victoria’: Conimbriga > *Coimbra*, Mirobriga (Ciudad Rodrigo), Mundobriga > *Munébrega* (junto a Calatayud), Nemetobriga (Puebla de Trives), (...), Segontia > *Sigüenza*, Segovia > *Segovia* y *Sigüeya* (León).

Antes de la llegada de los romanos a la Península Ibérica, el último pueblo que pisa este territorio es el cartaginés, de la familia de los fenicios y de lengua púnica. Los cartaginenses resucitan el espíritu fenicio en la Iberia porque no se limitan al sur como los antecesores, pero la expande, y además tienen un carácter más intenso y colonizador que aquéllos, fundando una nueva Cartago y el Portus Magonis (en actual Mahón). Del

púnico surge el topónimo Hispania, que significa ‘tierra de conejos’ y es el nombre que ganará la Iberia, y que desde este momento preferiremos usarlo.

Hasta ahora ha sido hecha una síntesis de pueblos y lenguas que entraron en la Península Ibérica o que supuestamente ahí entraron. Hemos notado que hasta este momento no había España y Portugal naciones, pero una sola nación que recibió influencias multiculturales y lingüísticas en diferentes puntos del territorio. Por eso, es interesante que no nos olvidemos de dar importancia a la prehistoria de estos dos países, pues por este conocimiento prehistórico es que podremos explicar algunas cuestiones lingüísticas, principalmente los de topónimos, radicales y sufijos, por fin, lo que no se puede saber por el latín que los romanos más tarde difundieron allí. Claro que estos pueblos son los que se destacaron en el suelo peninsular, puesto que el territorio ibérico era poblado por diferentes pueblos, astures, vetones, contestanos, etc.

A continuación, vamos a revisar algunas influencias y sustratos lingüísticos que dos importantes pueblos prerromanos dejaron en la Península Ibérica.

1.1 El vasco y el sustrato euskera

La Hispania prerromana fue poblada con más intensidad por los celtas, y después los celtíberos, en el Centro, Oeste, Norte y Noroeste, que tenían una lengua céltica pero no arcaizante (LAPESA, 1981, p. 23); y al sur por los fenicios, de lengua púnica junto a los tartesios, que tenían su idioma propio. Otro pueblo que tenía su idioma propio era el vasco, el euskera, de origen incierto, que sobrevive en nuestros días, y que en aquel momento tuvo una relación con la lengua indoeuropea de los íberos.

Sobre el euskera, podemos decir que sus sustratos de vocabulario dejados en la Península hoy se ven mucho más en España que en Portugal, salvo algunos apellidos como Javier (esp.) / Xavier (port.) del euskera ‘Etxeberri’ y García (esp.) y Garcia (port.) del euskera ‘Garzea’. Entre pocas palabras de otro tipo, podemos destacar izquierdo (esp.) / esquerdo (port.) del euskera ‘ezker’; la palabra ‘buruz’ originó la expresiones ‘de brazos’ / ‘de bruces’ / ‘de bruzas’ del español y ‘de bruços’ del portugués.

De la misma manera, los sustratos fonéticos del vasco en la Península Ibérica se revelarán más en la España actual, aunque tengamos ejemplos también en el portugués. En español (al inicio castellano), los tres fonemas /b/, /d/, /g/ pueden ser oclusivos, [b],

[d], [g], o fricativos, como en el vascuence (LAPESA: 1981, p. 40-41). Serán oclusivos y sonoros, como bien lo explica Quilis (1997), solamente cuando sean los tres articulados antes de una pausa y de un fonema nasal, y aun antes de [l] sólo en caso del [d]; entre vocales y en las demás posiciones estos fonemas serán siempre fricativos. Este relajamiento español de estos oclusivos por influencia euskera no se presentará en portugués, que mantendrá /b/, /d/ y /g/ siempre oclusivos como en el latín. Un caso semejante que de esta vez ha compartido los dos países ibéricos en estudio se muestra en la pronunciación del fonema /v/ de forma bilabial, como en el euskera, mientras que en latín era labiodental³. La vibración simple y la múltiple de la /r/ también serán características afines del español y portugués por influencia vasca, pero en vasco las palabras no tienen una /r/ inicial múltiple como en los idiomas ibéricos, sino pide auxilio de una vocal: rosa (esp. y port.) > arrosa (eusk.), raza (esp.) / raça (port.) > arraza (eusk.). De este fenómeno es que se han heredado del vasco las palabras: arrancar (esp. y port.), arrastrar (esp.) / arrastar (port.), arrepentir (esp.) / arrepender (port.), arrebatir (esp. y port.), entre otras (LAPESA 1981, p. 41).

1.2 Los celtas y el celtíbero

Mientras los tartesios crecían en el sur, el centro de Hispania recibe inmigraciones celtas, que hace con que su lengua indoeuropea entre en contacto con la de los íberos (no-indoeuropea) surgiendo así el celtíbero. Supuestamente, por causa de esta presencia celta en la Península, podemos añadir, como informa Lapesa (1981, p. 42), que hubo en Hispania una indiferenciación de fonemas sordos y sonoros que se avanzó en los años posteriores, es decir, en las zonas donde lo céltico se sobrepuso, los hispanos trataban las parejas fonéticas /t/ y /d/, /p/ y /b/, /c/ y /g/ como los hispanohablantes tratan hoy la /v/ y /b/, o sea, con una pronunciación igual, aunque en la escritura se diferencien; por otro lado, resultó tanto al español como al portugués la pronunciación sonora más que la sorda de algunas palabras latinas que han heredado: lobo (esp. y port.) > lupu (lat.), ciego (esp.) / cego (port.) > cecu (lat.), maduro (esp. y port.) > maturu (lat.), mientras que en otras lenguas neolatinas, italiano, por ejemplo, los fonemas sordos son mayoría. Aún en tierras celtas en Hispania, el grupo de consonantes

³ Interesantemente, en Brasil la pronunciación de la /v/ es labiodental como en latín, de manera tal que puede ser confundida con la /f/ por una falta de atención, pero se diferencia por ser sonora y no sorda como la /f/.

latinos /kt/ llegó a ser sustituido por /ch/ en español e /it/ en portugués a lo largo del tiempo: nocte (lat.) > noche (esp.) / noite (port.).

Sin embargo, son realmente celtas o celtíberas algunas palabras españolas y portuguesas que el latín tuvo que latinizar, donde podemos destacar muchas que empiezan por /c/: camisa (celt.) > camisa (esp. y port.), cerevisia (celt.) > cerveza (esp.) / cerveja (port.), carrus (celt.) > carro (esp. y port.), carpentarius (celt.) > carpintero (esp.) / carpinteiro (port.), leuca (celt.) > legua (esp.) / légua (port.), brigos (celt.) > brío (esp.) / brio (port.), vassalus (celt.) > vasallo (esp.) / vassalo (port.), mantica (celt.) > manteca (esp.) / manteiga (port.), cattus (celt.) > gato (esp. y port.), caballus (celt.) > caballo (esp.) / cavalo (port.), caminum (celt.) > camino (esp.) / caminho (port.), lancea (celt.) > lanza (esp.) / lança (port.), y otras más⁴.

2 - LA CONQUISTA ROMANA DE HISPANIA

Volviendo a la pre-romanización, explicábamos sobre el último pueblo que pisó Hispania, el cartaginés, que hacia el siglo VII a. C. comandó todas las colonias fenicias del occidente, intensificando el comercio de plata, estaño y salazones. En cambio, Roma, como indica Coutinho (1962, p. 53),

não contemplava com bons olhos o assustador progresso de Cartago. O grande poder que esta república rapidamente adquirira, no mar e em terra, ali, fronteira ao Lácio, na costa africana, trazia-a em constante sobressalto de vir um dia a perder a ambicionada coroa do Mediterrâneo.

Como ilustra Ilari (2006, p. 42), Roma desde este momento se declara rival de Cartago, que hace muchos años explotaba el comercio marítimo desde el actual Líbano hasta Portugal. Por el comando político y comercial del Mediterráneo es que Roma traba la primera guerra de las tres que trabó contra Cartago, llamadas Guerras Púnicas.

La primera guerra empieza en 264 a. C. hasta 241, donde Roma consigue el comando de las islas de la Sicilia (241 a. C.), Cerdeña y Córcega (238 a. C.); toma el poder pleno de la Liguria, Iliria y Galia.

Sin embargo, en la Península el poder cartaginés aún era fuerte bajo el dominio de Aníbal, y es exactamente en Hispania que sucede la segunda guerra púnica (219-

⁴ Disponible en <http://memoriavirtual.net/2005/09/06/lingua-portuguesa-substratos-celtas/>. Consultado en el día 24 de diciembre de 2013.

201). Esta segunda fue fuertemente resistida por el cartaginés Aníbal, pero la victoria fue más una vez de Roma que por fin entra en la Península, fundando la colonia Bética (hoy Andalucía) y la Tarraconense (actuales provincias de Castilla, Murcia y Valencia) (ILARI: 2006, p. 43).

Sólo en la tercera guerra púnica es que Cartago fue por fin arruinada (146 a. C.), y Roma se apodera de la Túnez, Galia Narbonense, y por fin el resto de Hispania al vencer los lusitanos comandados por Viriato, lo que pasa en 139 a. C: “No ano de 25 a. C., já estava conquistada toda a faixa ocidental da Ibéria.” (COUTINHO: 1962, p. 53). Pero hubo algunas discordias por parte de los cántabros y astures en cuanto a la administración del territorio en esta hora romano, hasta que llegó Augusto y pacificó el territorio, y es solamente en el año 19 a. C. que Roma de forma definitiva consigue el poder político y administrativo de Hispania (POZA: 2007, p. 47). Roma en este momento llama parte de su territorio ibérico Hispania Citerior (costa este, Pirineos a Cartagena) e Hispania Ulterior (Tartessos).

Por consiguiente, Agripa (27 a. C.) divide Hispania (territorio completo) en tres, como resalta Masip (2003, p. 26): “a Província Bética (capital: Córdoba) no centro-sul; a Província Tarraconense (capital: Tarragona) no centro-norte, e a Província Lusitana (capital: Emérita Augusta [Mérida]) no centro-oeste”.

3 - LA LATINIZACIÓN

Las lenguas habladas en Hispania no eran indoeuropeas, con excepción de las zonas donde se hablaba el celta y celtíbero. Con la llegada de los romanos, poco a poco el latín clásico se fue volviendo la lengua de la cultura avanzada, de los negocios comerciales, de la política y religión. Sin embargo, en este primer momento, los romanos limitadamente respetaron las lenguas y culturas de los dominados cuando estuviesen relacionándose entre sí, mientras el latín culto se restringió a los poderes políticos y religiosos, principalmente cuando el cristianismo pasa a ser la creencia oficial romana. Aun así, muchos hispanos aprendieron el latín y se volvieron bilingües, y asimismo algunos dominadores aprendieron las lenguas de sus sometidos: es el bilingüismo un fenómeno común en este momento inicial de dominio romano, y se comprobarán en inscripciones en osco, halladas en Pompeya, Italia, y en predicaciones de San Agustín en Cartagena, Hispania, en la lengua púnica en el siglo V (ILARI: 2006, p. 49). Seguramente, los que tenían el latín clásico, los romanos, necesitaban conocer

qué tipo de personas estaban sujetando, y por el otro lado los conquistados querían saber el latín clásico por ser oficial, por ser algo nuevo que podría cambiar sus vidas, es decir, era un espejo de ascensión y un camino para formar parte de la clase culta, y estas necesidades fueron lo que provocó el bilingüismo:

Quando os falantes adicionam uma outra língua aos seus repertórios, eles quase sempre o fazem por uma razão – porque aquela língua será útil a eles em suas comunidades, ou em uma outra comunidade à qual eles pretendem se juntar. (BARRETO & SALGADO: 2009, p. 143).

Por lo tanto, es evidente que había una libertad cultural y lingüística entre los dominadores y dominados, pero hemos de ver que la latinización aunque lenta se mostrará tan fuerte en Hispania, que las lenguas antecedentes mueren (con excepción del vasco) dejando huellas de algunas clases de vocabularios, topónimos, apellidos, radicales y sufijos (LAPESA: 1981, p. 36-37).

No obstante, Roma, aún siguiendo Lapesa (1981, p. 54-55), al principio ruda, consigue imponer su brío de liderazgo, e impuso orden en las tierras conquistadas: trajo con su cultura el concepto de la ley y ciudadanía, acabó con las luchas internas de tribus y ciudades, se hicieron espejos de valientes administradores, enseñó sobre el derecho, construyó varios monumentos, puentes, torres, puertos, acueductos, valoró los conocimientos culturales y lingüísticos helénicos, y todo eso resultó como una modernización de las tierras conquistadas. Particularmente, en Hispania, hubo un cambio considerable hacia los conquistados en los ámbitos agrícolas, industriales, de costumbres, de vestuario, de organización civil, jurídica y militar.

Restringiéndonos a lo lingüístico, gran parte de los conquistados eran los soldados, comerciantes y agricultores, que empezaron a hablar una variedad popular del latín; en cambio, había una variedad erudita, culta, de los magistrados, políticos, jurídicos, religiosos, y enseñada en las escuelas. Por eso, muchos padres influenciaron a que sus hijos aprendieran este último latín, y parte de estos crecieron monolingües; otros niños crecieron y acompañaron los cambios que el latín pasó a sufrir en medio de la masa popular no erudita.

Sin embargo, el latín poco a poco fue dejando de ser compartido por otras lenguas entre los hispanos vencidos, y después de un interesante fenómeno de bilingüismo, el idioma latino empezaba a ser usado por los hispanos como única lengua en todo territorio, primeramente por los béticos, segundo por los turdetanos, después por los levantinos y celtíberos, luego, aunque resistieron, por los lusitanos, pueblos del

Norte, galaicos, astures y cántabros, y por último, por los pueblos indígenas, pues todos estos comenzaban a sentir la necesidad de relacionarse con los romanos en latín (LAPESA: 1981, p. 55-56). Veremos adelante como el español y el portugués por fin empiezan a mostrar alguna identidad por cuenta de este latín puro que con el tiempo se perdía.

4. EL LATÍN VULGAR

En este momento de extensión del latín, la geografía de Hispania se dividía en cinco: Baetica, Lusitania, Gallaecia, Carthaginensis y Tarraconensis, por mandato de Diocleciano (297 d. C.) (POZA: 2007, p. 48). Aunque con estas cinco provincias, Hispania todavía aquí es una nación, nación romana de lengua oficial latina, sin embargo, una tierra que se mostrará muy tendenciosa a desarrollar más de una de variedad lingüística con el uso de un latín modificado, vulgar.

El latín vulgar surge como una variante del clásico, pero antes tenemos que saber cuáles son, según Ilari (2006, p. 58), las tres interpretaciones que se puede dar al término vulgar: una lengua banal, usada por variadas clases de personas en niveles de comunicación informales; una lengua de clase baja, humilde, sin valor, cultura o educación; o una variedad condenable por cuenta de connotaciones populares, provincianas y arcaizantes. Lo que pasa con el latín está relacionado a las dos primeras definiciones.

La vulgaridad del latín surge de la poca coerción que los romanos hicieron sobre los conquistados respecto al uso del latín clásico. Como hablamos anteriormente, hubo una libertad de expresión, al menos entre sí, de lengua y cultura por los vencidos, aunque la cultura romana fuera la más valorada y la lengua latina clásica fuera oficial. Entonces, fuera de un contexto aristocrático, administrativo o religioso, seguramente, masas populares empezaron a alejarse de este modelo puro del latín: muchos por intentar hablarlo, al fin y al cabo hablaban un latín próximo; otros cambiaron o adaptaron términos latinos por influencia de otras lenguas. Por su vez, el latín literario, culto, fue el modelo escrito de mayor contundencia en este momento, y nunca o poquísimas veces admitía la inserción del vulgar. Sin embargo, a partir del siglo VII el lenguaje de los eclesiásticos y letrados “revela inseguridades y admite vulgarismos, fabrica multitud de palabras nuevas y acoge, barnizándolas ligeramente, numerosas voces romances o exóticas.” (LAPESA: 1981: p. 69).

Estamos ahora entre dos momentos que fuertemente incitaron el avance del latín vulgar: grandes masas populares que desfiguraban la pureza del latín sintiéndose libres para hacerlo; y por otro lado los letrados, catedráticos y los demás de clase alta, se sintieron pocos e incapaces de transponer con la misma fuerza el latín culto, restándoles adherir y adoptar en sus escrituras y hablas los cambios lingüísticos latinos.

4.1 Características del latín vulgar

El latín vulgar ganó algunos sobrenombres de los gramáticos latinos, como indica Coutinho (1962, p. 56): *sermo vulgaris*, *plebeius* o *rusticus*; en cambio, el latín clásico fue denominado *sermo urbanus*, *eruditus* o *perpolitus*, por el que fueron escritas obras de Cícero, César, Virgilio, Horacio y Ovidio, como también de hispanos educados en latín pionero.

El diferente tratamiento de los dos se vio necesario desde el momento en que fueron percibidos cambios en el latín clásico en el campo fonético, morfológico, sintáctico y lexical. Pero es importante recordar que muchos hispanos tampoco tenían conocimiento del latín clásico para poder modificarlo, sino lo usaban para que pudieran comunicarse con su entorno y vivir normalmente; otros nacían y crecían hablando un latín vulgar que estaba en un proceso de desarrollo sin saber que hubo otro, puesto que el latín vulgar no es un avance o una sustitución del clásico sino una variante que surge poco después basada en ella. A continuación haremos una descripción de los resultados lingüísticos de esta transición latín clásico > latín vulgar basada principalmente en Ilari (2006).

4.1.2 La fonología

4.1.2.1 Las vocales

Una característica notable del latín clásico estaba en la pronunciación de las vocales. Como en español y portugués, el latín primero poseía cinco vocales – a, e, i, o, y u – sin embargo, se diferenciaba a estas dos lenguas en cuanto a la duración con que eran pronunciadas dichas vocales – largas o breves, y además las vocales largas eran cerradas y las breves eran abiertas (LAPESA: 1981, p. 76). Pero con el pasar de los años y con el avance del latín vulgar, por fin este fenómeno de la duración de pronunciación

de las vocales latinas se perdió, restando solamente la diferenciación de sonidos abiertos y cerrados.

A seguir, se mostrarán las representaciones fonológicas de las vocales en la escrita: \bar{i} (la *i* larga del lat. clás.); \check{i} (la *i* breve); \bar{e} (la *e* larga); \check{e} (la *e* breve); \bar{o} (la *o* larga); \check{o} (la *o* breve); \bar{a} (la *a* larga); \check{a} (la *a* breve); \bar{u} (la *u* larga); \check{u} (la *u* breve). Por lo tanto, tenemos en el latín clásico diez pronunciaciones para las cinco vocales, siendo dos para cada una. En latín vulgar, tendremos la pérdida de la doble duración de pronunciación de todas las vocales (MASIP: 2003, p. 37), y la nueva separación entre cerradas y abiertas: la *a* será cerrada (a), la *e* será cerrada (e) o abierta (ɛ), la *i* será cerrada (i), la *o* será cerrada (o) o abierta (ɔ) (breve y larga), y la *u* será cerrada (u).

En la lengua española, la pronunciación de las vocales medias (e - o) serán siempre cerradas y sólo habrá un pequeño cambio de pronunciación (según la acción del velo del paladar) si las mismas se sitúan antes o entre fonemas nasales (QUILIS 1997: p. 37), mientras que en portugués las vocales (e - o) pueden ser cerradas o abiertas⁵ y también nasales cuando sean pronunciadas antes o entre fonemas nasales. Esta es una diferencia entre otras que darán tanto al español como al portugués un carácter independiente y apuntarán sus rasgos distintivos, aunque a lo largo de este trabajo nos ocuparemos más a buscar los motivos de sus similitudes.

Según enseña Ilari (2006: p. 74-76), habrá incluso – por cuenta del fin de pronunciación con dos duraciones y de la nueva clasificación de la pronunciación de las vocales latinas en cuanto a la acción del velo del paladar – un cambio de posición de vocales tónicas y átonas en la transición latín clásico (literario) > latín vulgar, por ejemplo, *íntegru* (latín clás.) se transformó en *intégru* (latín vulg.), es decir, la *i* inicial poseía una larga duración, pero al perderla la vocal posterior ganó más intensidad, y así hubo el cambio de esdrújula para llana. Por lo tanto, del latín vulgar es que fueron engendradas las palabras *entero* del español e *inteiro* del portugués. De la misma forma, algunos hiatos (i, e + vocal) se hicieron diptongos con la transición latín clásico > latín vulgar: *muliere* (lat. clás.) pasó a *muliére* (lat. vulg.). Esta última palabra el español heredará y la transformará en *mujer*, y asimismo el portugués transformándola en *mulher*, pero, además, en estos dos idiomas las palabras citadas serán pronunciadas

⁵ La pronunciación de la *e* y de la *o* de forma abierta o cerrada se notará principalmente en Brasil. Por ejemplo, en muchos casos, para diferenciar géneros, los brasileños pronuncian la *e* y *o* cerradas en palabras del sexo masculino y la *e* y *o* abiertas en palabras femeninas: *Aquele* – *AquEla*; *Gostoso* – *GOstOsa*.

como agudas y no llanas como es en latín vulgar, lo que no va a ocurrir en italiano, por ejemplo, donde se dice *mogliéra*, transformado la *e* átona del vulgar en *a*.

Con la pérdida de la duración, también, algunas vocales átonas desaparecieron, como la palabra *speculum* que se hizo *speclum* perdiendo la *u* átona, y dando origen a lo que hoy es *espejo* en español y *espelho* en portugués. En otros casos, tanto en portugués como en español, algunas pronunciaciones de palabras del latín clásico no morirán así como sus equivalentes del latín vulgar, y así habrá palabras de origen tanto clásica como vulgar: *intégru* (lat. vulg.) > *entero* (esp.) / *inteiro* (portugués), mientras que *íntegru* (lat. clás.) > *íntegro* (esp. y port.).

Sobre la diptongación, el latín clásico poseía tres diptongos - *æ*, *oe*, *au* - que se hicieron una sola vocal en el vulgar, con algunas resistencias en el caso del *au*. Entonces, como ejemplo, la palabra *cælu* se hizo *cēlu*, con la *e* abierta; *poena* se transformó en *pena*, con la *e* cerrada; *auricula* se volvió *oricla*; *tauru* se hizo *towro* (*w* semivocal). Pero cuando el latín vulgar se transforma en las lenguas romances (español y portugués, en nuestro estudio), resulta que, como explica Masip (2003, p. 43), la *e* abierta (*ɛ*) seguirá así en portugués, pero en español se transformará en diptongo creciente [je]: *cēlu* (lat. vulg.) > *céu* (port.) / *cielo* (esp.); la *e* cerrada del latín vulgar permaneció así en español y portugués, y sólo ocurre diptongación en la lengua portuguesa (no siempre en todos los casos): *coena* (lat. vulg.) > *cena* (esp.) / *ceia* (port.), *foedu* (lat. vulg.) > *feo* (esp.) / *feio* (port.); palabras latinas clásicas con la diptongación clásica *au*, como *taurus* (*towro* en lat. vulgar), perderá en español la diptongación, pero por otro lado en portugués el encuentro seguirá: *towro* (lat. vulg.) > *touro* (port.) / *toro* (esp.). Sin embargo, veamos otros casos de diptongación en portugués y permanencia de una vocal en español:

- algunas palabras ganaron diptongos en una etapa del latín vulgar más avanzada, y cuando se volvieron romances los perdieron (en español) o mantuvieron (en portugués [aunque con otra forma]) – *primarius* (lat. clás.) > *primairus* (lat. vulg.) > *primero* (esp.) / *primeiro* (port.);
- la *a* tónica latino-vulgar seguida de una consonante palatal será cambiada por *e* y estará seguida de la vocal también palatal *i*, mientras que en español no habrá este encuentro (*ei*): *axe* (lat. vulg.) > *eixo* (port.) / *eje* (esp.), *factu* (lat. vulg.) > *feito* (port.) / *hecho* (esp.);

- la *e* tónica pasará al portugués abierta (ɛ)⁶, mientras que en español se convertirá en un diptongo (ie): *serra* (lat. vulg.) > *serra* (port.) / *sierra* (esp.), *ferru* (lat. vulg.) > *ferro* (port.) / *hierro* (esp.), *petra* (lat. vulg.) > *pedra* (port.) / *piedra* (esp.);
- lo mismo pasará a la *e* cuando esté antecedida por fonema nasal: *bene* (lat. vulg.) > *bem* (port.) / *bien* (esp.);
- la *o* tónica se realizará en portugués abierta (ɔ), y en español se convertirá en el diptongo *ue* [we]: *rota* (lat. clas.) > *rɔda* (port.) / *rueda* (esp.), *porta* (lat. clás.) > *pɔrta* (port.) / *puerta* (esp.);

En español, se percibe que los diptongos de palabras heredadas del latín se mostrarán casi siempre crecientes. En cambio, los diptongos de la lengua portuguesa se presentarán en la mayoría de los casos decrecientes. En las demás palabras no habrá diptongos, sino una herencia fiel de las tónicas vocales y únicas del latín vulgar. En otros casos, algunas vocales tónicas cambiarán por otras en las dos lenguas ibéricas de estudio: *vice* (lat. vulg) > *vez* (esp. y port.), *site* (lat. vulgar) > *sed* (esp.) / *sede* (port.), *pilu* (lat. vulg.) > *pelo* (esp. y port.).

Respecto a los hiatos (ILARI: 2006, p. 76-77), muchos formados por dos vocales iguales en latín clásico se convertirán en una sola en el habla vulgar: *corte* (lat. clás.) > *corte* (lat. vulg.), por consiguiente, tanto en español como en portugués acompañarán la forma vulgar (*corte*)⁷; otros hiatos clásicos se transformarán en diptongos, como los formados por *e*, *i* + vocal o *o*, *u* + vocal: *line-a* (lat. clás.) > *linja* (lat. vulg.), que en portugués se transformará en un dígrafo – *linha* –, pero en español será un diptongo – *línea* – en el habla, aunque la gramática normativa la considere como hiato.

4.1.2.2 Las consonantes

En latín clásico /k/ y /g/ eran fonemas velares precedidos por cualquier vocal, pero en la forma vulgar antes de *e* e *i* se transformaron en palatales /kj/ y /gj/ (Ilari: 2006, p. 79-81), lo que va a evolucionar a [s] fricativa alveolar en portugués y [θ]

⁶ Como excepción se muestra la palabra latino-lugar *metu* que en portugués no tendrá sonido abierto sino cerrado, pero en español sigue la diptongación: *metu* (lat. vulg.) > *medo* (port.) / *miedo* (esp.).

⁷ Corte aquí está en el sentido de acción y efecto de cortar, puesto que hay la misma palabra en la forma de hiato en portugués (*coorte*) y español (*cohorte*) con sinónimo de unidad táctica del antiguo ejército romano – disponible en <http://lema.rae.es/drae/>, Consultado en el día 29 de diciembre de 2013.

fricativa interdental en español⁸ en el caso del /k/, y el /g/ evolucionará a [x] velar en español y a [ʒ] post-alveolar en portugués.

La formación clásica qu- y gu- labiovelar se hace velar en latín vulgar antes de *o*, *u* e *i* (semivocal). En español y portugués, la formación labiovelar cu- será cambiada por una *c* antes de *a*, *o* y *u*, como en *cuomodo* (lat. vulg.) que pasó a *como* (esp. y port).

El fonema oclusivo bilabial sonoro /b/ se hace fricativo entre vocales en el latín vulgar. En español este fonema seguirá oclusivo antes de pausa o fonema nasal representando tanto la letra *b* como la *v*, y fricativo en los demás casos (QUILIS: 1997, p. 60); mientras que en portugués habrá diferencia entre *b* y *v* (*b* es bilabial y *v* es labiodental), y el fonema /b/ siempre será oclusivo.

La fusión *i* (semivocal) + vocal del latín clásico originó la pronunciación palatal en el vulgar, aunque no cambie en la escrita. Tal característica persiste en la lengua española, donde la unión será representada por el fonema africado /y/, al momento que en portugués será representado por el fricativo /ʒ/: *iugu* (lat. vulg.) > *yugo* (esp.) / *jugo* (port.).

Otro caso que ocurre en la transición latín clásico > latín vulgar es la conversión de la *u* semivocal en *v*, lo que va a permanecer en español y portugués, con pronunciaciones que independen de la posición de la consonante en la palabra – portugués – puesto que en español podrá ser un fonema oclusivo o fricativo como ya hemos explicado en el penúltimo párrafo arriba.

Tenemos también el caso del desaparecimiento de la *h* en el latín vulgar, a diferencia del clásico que además de llevarse en la escrita era pronunciado, de forma aspirada, como la *h* del inglés en *here*. Lo que era *herba* y *hominem* en latín clásico se hizo *erba* y *omene* en latín vulgar. En español y portugués, muchas palabras perdieron su *h*, otras ganaron en su lugar otras consonantes, otras siguieron con ella aunque sin pronunciación aspirada: *erba* (lat. vulg.) > *yerba* (esp.) / *erva* (port.), *omene* (lat. vulg.) > *hombre* (esp.) / *homem* (port.).

Otro caso que surge con el latín vulgar es referente a la sonorización de oclusivas sordas intervocálicas (*c*, *p* y *t*), como relata Ilari (2006): “no ocidente da România começa a afirmar-se a tendência a sonorizar as oclusivas surdas intervocálicas, determinando a cisão da România em dois grandes domínios dialetais.” (p. 82). En este caso, las consonantes sordas van a permanecer en la escrita latino-vulgar como en el

⁸ Sin embargo, en Hispanoamérica se pronunciará como [s] igual al portugués, fenómeno llamado *seseo*, lo que va a explicar Quilis (1997, p. 57).

clásico, y se sonorizarán en el habla, hasta que en algunas lenguas románicas se escribirán realmente como sonoras: *jocat* (lat. vulg.) > *juega* (esp.) / *joga* (port.), *ripa* (lat. vulg.) > *riba* (esp. y port.), *maturu* (lat. vulg.) > *maduro* (esp. port.). En este ejemplo, nos toca destacar que en español estas consonantes (g, b y d) serán sonoras fricativas porque están entre vocales, mientras que en portugués serán sonoras oclusivas en todos los casos.

Respecto a las consonantes al final de las palabras, tenemos en latín vulgar la pérdida de la *m*, excepto en los monosílabos, de la *n*, *r* y *t*, que el español y portugués acompañarán, salvo en algunos casos: *hominem* (lat. clás.) > *omne* (lat. vulg.) > *hombre* (esp.) / *homem* (port.); *lumen* (lat. clás.) > *lume* (lat. vulg.) > *lumbre* (esp.) / *lume* (port.); *quattuor* (lat. clás.) > *quattro* (lat. vulg.) > *cuatro* (esp.) > *quatro* (port.); la *t* de la conjugación en tercera persona del presente desaparece en latín vulgar, y asimismo en español: *jocat* > *juega* (esp.) / *joga* (port.). La *s* de conjugaciones verbales en estas dos lenguas continúa, salvo en italiano y rumano: *entri* (it.) > *entras* (esp. y port.).

Las consonantes germinadas del latín clásico, como explica Ilari (2006, p. 82-83), empezaron a tener una pronunciación palatal fuerte en el vulgar, lo que originó el cambio por una sola en las lenguas neolatinas, excepto en italiano y sardo: *vacca* (lat. vulg.) > *vaca* (esp. y port) / *vacca* (it.). En español, sin embargo, tenemos como excepción –nn–, y la elle (-ll-), pero esta tendrá una pronunciación palatal y nunca alveolar como la *l*.

Sobre los grupos de consonantes, como indica Ilari (2006, p. 83-85), por el encuentro de *s + c*, *t* o *p* del latín clásico surgirá una pronunciación protética de una *i* antes de la *s* en el vulgar, que se transformó más tarde en una *e*. En español y portugués la *e* inicial deja de ser protética y pasa a formar parte de la palabra en la escrita y pronunciada en todos los casos: (*e*)*scuola* (lat. vulg.) > *escuela* (esp.) / *escola* (port.).

Las formaciones *pl*, *cl*, *tl* y *fl* del latín clásico empezaron a ser pronunciados con fuerte palatalización, lo que originó en algunas lenguas neolatinas la sonorización o cambio de las iniciales por fonemas palatales y el cambio de la *l* por una vocal o consonante muda, con unas resistencias del francés. Así en español, por ejemplo, la palabra latino-vulgar *clamat* pasó a *llama*, y en portugués a *chama*.

Los grupos *kj*, *tj*, *dj*, *pj*, *gj*, *nj*, *bj*, *lj*, *vj*, *mj* y *sj* pasan a tener pronunciaciones palatales en período del latín vulgar. La palatalización seguirá en español y portugués en algunos casos, en otros surgirán variados tipos de fonemas fricativos: *minatia* (lat. vulg.) > *menaza* (esp.) / *ameaça* (port.), *folia* (lat. vulg.) > *hoja* (esp.) / *folha* (port.).

Las parejas con segunda consonante dental *pt*, *ps*, *ct*, *cs*, *gn*, *mn*, *rs* y *ns*, en latín vulgar pierden la inicial, que se transforma en la segunda, se hace vocal o se desaparece, mientras que en las lenguas neolatinas conllevan además de estos otros casos: *frutta* (lat. vulg.) > *fruta* (esp. y port.), *strictu* (lat. vulg.) > *estrecho* (esp.) / *estreiro* (port.).

4.1.3 Morfología

La gramática del latín clásico es única respecto a la complejidad, poseyendo características que hasta los hablantes de lenguas neolatinas las ven difíciles de asimilar y entenderlas. A lo mejor esto ocurre porque hay una considerable diferencia en la estructura de las palabras neolatinas comparadas a las del latín, o porque ven una ausencia en el latín de algunos elementos lingüísticos que su gramática neolatina contiene. Pero veremos que muchos cambios ocurrirán en la morfología latina clásica desde que pasa al latín vulgar, y muchos de estos por cuenta de la forma vulgar hablada en este momento ya con demasiados cambios.

Lo primero que podemos aquí señalar es respecto a las declinaciones latinas, pues en el momento del latín clásico las palabras eran declinadas (como una especie de conjugación de sustantivos, adjetivos, etc.) y sufrían cambios en su terminación, lo que se denominó como “casos”, que sirven, como señala Ilari (2006, p. 89), “para indicar a função que desempenham na frase”. Las terminaciones eran –a (1ª declinación); –er, –us, –ir, –um (2ª); –ignis y otras (3ª); –us (4ª); y –es (5ª). Los casos del latín clásico se llamaban nominativo, sujeto y algunos adjuntos; genitivo, complemento nominal; dativo, objeto indirecto; acusativo, objeto directo; vocativo, exclamaciones o llamamientos; y ablativo, adjunto adverbial. En otras palabras, cuando hablamos *puella clamat*, usamos un caso nominativo donde *puella* (chica / garota) es sujeto (*la chica llama* [esp.] / *a garota chama* [port.]); se dice *puellae liber* como genitivo (*libro de la chica* [esp.] / *livro da garota* [port.]); *vide puellam* es acusativo (*la vi (chica)* [esp.] / *a vi (garota)* [port.]); *librum dedi pollae* es un caso dativo (*(le) di el libro a la chica* [esp.] / *dei o livro à garota* [port.]); *puella cum ed-ebam* es un caso ablativo (*comía con la chica* [esp.] / *comia com a garota* [port.]); *ed-e, puella* se trata de un caso vocativo (*come, chica* [esp.] / *come, garota* [port.]).

Sin embargo, hubo en el latín vulgar una pérdida de declinaciones, precisamente de la 4ª y 5ª (ILARI: 2006, p. 90-91), junto a una confusión de casos: nominativo x vocativo, acusativo x ablativo y genitivo x dativo. Las formas de vocativo fueron

cubiertas por las formas nominativas porque, además de que eran muy afines, el nominativo era el caso más usado; la *m* final se hizo una declinación presente mucho más en las preposiciones, perdiéndose en otros tipos de palabras, engendrando la similitud entre ablativo y acusativo en singular, y la preferencia del acusativo; el dativo pasó a ser usado como complemento nominal como el genitivo, lo que hizo con que se confundieran. Entonces, en el latín vulgar tenemos al fin y al cabo tres casos: nominativo, acusativo, y la mezcla genitivo-dativo.

Como expresión de género se acostumbró usar la 2ª declinación para lo masculino y 2ª declinación para lo femenino, donde generalmente las palabras masculinas terminaban con *-us* y las femeninas con *-a*. En español y portugués, el cambio será de la terminación *-us* por *-o*, mientras que la terminación femenina sigue la misma: *Petrus* (lat. vulg.) > *Pedro* (esp. y port.), *puella* (lat. vulg.) > *la chica* (esp.) / *a garota* (port.). La 3ª declinación sirvió para indicar palabras masculinas, femeninas y neutras, con terminaciones distintas, y aun para indicar palabras que pueden ser tanto masculinas como femeninas.

Respecto a los pronombres, el latín vulgar, además de los sujetos *eo, tu, nos, vos*, agregó los de tercera persona que no había en el clásico, por influencia del demostrativo *ille*: (*ille[illi]* (3ª pers. masc.), *illa* (fem.), *illud* (neutro) > singular; *illi* (masc.), *illae* (fem.), *illa* (neutro) > plural, y así surgieron también nuevos posesivos y pronombres complementos; conservó el pronombre relativo *qui*; alteró algunos posesivos; se usó por primera vez los demostrativos con función de artículos definidos; los numerales usados eran más los cardinales y ordinales que distributivos y fraccionarios, momento en el que *unus* (numeral en el latín vulgar) fue usado por primera vez como artículo indefinido (LAPESA: 1981, p. 74-75); algunos indefinidos clásicos se perdieron y/o fueron sustituidos por otros: surgió el pronombre *totus* (esp. - *todo* / port. - *tudo, todo*) con la misma función del clásico *omnis*; *alter* (esp. - *otro(a)* / port. - *outro(a)*) aparece en vez de *alius*; surge el indefinido *cata* (esp. y port. - *cada*) de origen griega; el numeral *unus* (esp. - *un(o)* / port. - *um*) surge como pronombre al ser unido con *nec* (esp. - *ni* / port. - *nem*) > *nec unus* (esp. - *ni uno, ningún(o)* / port. - *nem um, nenhum*); surge el adjetivo *metipsium* (esp. - *mismo* / port. - *mesmo*) por función de la unión del enfático *met* y el indefinido clásico *ipse* (ILARI: 2006, p. 95-96). Todos estos cambios e innovaciones vulgares de los pronombres se notarán mutuamente en español y portugués.

Acerca de los verbos, el latín clásico poseía tres temas, del presente, del perfecto y del supino. Temas se refieren a terminaciones, así que el tema del perfecto llevaba

terminación –i, del supino –um, y las demás formaban parte del tema presente. Para ese último había cuatro conjugaciones regulares, donde se sabía a cuál pertenecía por la identificación de las vocales largas o breves, y por fin la diferencia se mostraba en la forma como el verbo se quedaba conjugado en las primera y segunda personas del presente de indicativo y cómo era su infinitivo. Por lo tanto, los infinitivos *delere* y *ducere* tienen la misma terminación, pero se cambian al ser conjugados en primera y segunda persona: *deleo – duco, deles – ducis*.

En latín vulgar se conservó sólo el presente, imperfecto y perfecto del indicativo, con algunas diferencias de conjugaciones; del subjuntivo restó el presente; muchas formas del imperativo desapareció (ILARI: 2006, p. 98 – 101). Entre los cambios que mostró el latín vulgar, Lapesa (1981, p. 75), destaca que algunas formas de la voz pasiva enteras fueron eliminadas, surgiendo en su lugar perífrasis: *aperiuntur* (lat. clás.) > *se aperiunt* (lat. vulg.) > *se abrieron* (esp.) / *se abriram* (port.), *amabatur* (lat. clás.) > *amatus erat* (lat. vulg.) > *era amado* (esp. y port.). De la misma forma, se empezó a usar *habeo* o *volo* + infinitivo para expresar futuro de indicativo (en el sentido de compromiso u obligación) y *habebam* (*habui*) + infinitivo para subjuntivo pluscuamperfecto: el español y portugués juntos heredan estos cambios (perífrasis), a diferencia que el subjuntivo pluscuamperfecto se transforma en el condicional. Por último, nos vale la pena destacar que la forma pluscuamperfecta del presente de indicativo del latín vulgar se mostrará mucho más en portugués (como lenguaje culto) que en español: *yo quisiera* (esp.) / *eu queria* (port.), pero el verbo cantar no se mostrará en pluscuamperfecto como indicativo, mientras sí será posible en portugués: *eu cantara*, ya que español la construcción del pluscuamperfecto es por una perífrasis. En cambio, el pluscuamperfecto latino se mostrará en español en casi todos los casos como subjuntivo, mientras en portugués se verá mucho menos: *si yo llevara, corriera, comiera*, etc.

4.1.4 Sintaxis

Junto a la morfología está la sintaxis que se ocupará de ilustrar las posiciones y funciones de los morfemas en frases, oraciones o períodos. En cuanto a la sintaxis de los pronombres, Ilari (2006, p. 106) informa que los complementos empiezan a ser usados en el latín vulgar, mientras que en el clásico (literario) se quedarán ocultos y percibidos por el contexto. En las lenguas en estudio, el uso de los pronombres complementos es

frecuente, pero nos cabe mostrar una diferencia: a pesar de que tanto en español como en portugués se usen mucho los complementos como sustitución del sujeto, en español es muy usual hasta mismo en la escrita la secuencia objeto directo-verbo-objeto indirecto como forma de enfatizar lo que se dice, mientras que el portugués rechaza el complemento directo (objeto) que se parece muy redundante y desnecesario, y prefiere la simple secuencia verbo-objeto indirecto: *les diré a ustedes la verdad* (esp.) / *direi a vocês a verdade* (port.). Antes de todo, es importante recordar que siempre que aquí citamos portugués pensamos Portugal, puesto que en Brasil la lengua portuguesa se muestra muy distinta de la Península hacia los pronombres complementos, que son hablados con mucho menos intensidad: mientras que en Portugal, en una tal conversación de dos personas sobre un supuesto *Juan*, su nombre será cambiado por los complementos directos o indirectos después que sea citado por primera vez, en el portugués brasileño *Juan* normalmente será cambiado por el pronombre sujeto sin antecedente o por una preposición antecedente: *Você chamou o João? Você o chamou quando?* (Portugal) / *Você chamou (o) João? Chamou ele quando?* (Brasil). A veces, en Brasil, se omite tanto el complemento cuanto el sujeto, que es identificado por el contexto, pareciendo así al latín clásico, literario, que no poseía pronombres sujetos de 3ª persona⁹: *Você chamou João? Chamou () quando?* (port. bras.). Tratando del español, hay un tratamiento afín de los complementos en los diferentes países hispanohablantes.

Sobre los infinitivos, podemos citar algunos cambios que presentó el latín vulgar, según Ilari (2006, p. 107-108): el infinitivo se sustantivó (sigue en esp. – *mi saber* / port. – *meu saber*); el infinitivo pudo ser precedido por verbos de movimiento (sigue en esp. – *fuimos a ver* / port. – *fomos ver*); el infinitivo empezó a ser precedido por preposiciones, formando una perífrasis que tiene carácter de complemento nominal (sigue en esp. – *alegre por verte* / port. – *alegre por te ver*); el infinitivo se personifica concordando en número con el sujeto (sigue en portugués – *se eles cantarem*, pero en español se manifiesta como presente de indicativo – *si ellos cantan*); el infinitivo formará el imperativo negativo (sigue en esp. – *no fumar* / port. – *não fumar*); será

⁹ Más informaciones dará el profesor brasileño Marcos Bagno en <http://marcosbagno.org/author/marcosbagno/> - Consultado en el día 4 de enero de 2014.

usado aun antes de interrogativos indirectos (sigue en esp. – *no sé cómo hablar* / port. – *não sei como falar*)¹⁰.

En un estado más avanzado del latín vulgar, ocurre el desaparecimiento del caso genitivo y la preposición *de* pasa a ser usada en muchos casos de subordinación en el interior del sintagma nominal: como aposición, adjunto que exprime valuación, complemento partitivo, restrictivo, adjunto que exprime calidad, adjunto de materia, adjunto de destinación, (ILARI: 2006, p. 109-110). El uso de esta preposición de las formas presentadas seguirá así en español y portugués, las cuales cuando se definan como lenguas autónomas le darán a la preposición todavía las funciones de complemento de tiempo, procedencia, miedo y causa.

4.1.5 Léxico

Muchos cambios se verán en el latín vulgar en cuanto al léxico: nuevas palabras surgieron con el desaparecimiento de otras; otras del clásico fueron adaptadas al vulgar; algunas fueron mantenidas mientras sus sinónimos rechazados; otras cambiaron de significado; etc.

Lapesa (1981, p. 81-82) indica algunas transformaciones de significados que hubo dentro del latín vulgar con relación al clásico: en latín clásico el adjetivo *grandis* se refería al tamaño y *magnus* a cualidad moral, pero en el vulgar se consolidó *grandis* (esp. y port. – *grande*¹¹) siendo usado en los dos casos; *alius* (lat. clás.) > *otro*, diferente, y *alter* > *otro*, entre dos, pero en vulgar se prefirió *alter* (esp. – *otro(a)* / port. – *outro(a)*) en los dos contextos. De otra forma, palabras latinas clásicas fueron sustituidas por otras clásicas en el latín vulgar, que antes no eran sinónimos que llegó la forma vulgar: *jocus* que significaba *burla* sustituyó a *ludus* que tenía por significado *juego* para significar *juego* (port. – *jogo*); *casa* que era sinónimo de *cabaña* fue sustituido por el clásico *domus* para significar *casa* (igual en port.); *aprehendere* que tenía el sentido de *coger* reemplazó a *discere* para significar *aprehender* (port. –

¹⁰ Para más informaciones sobre el uso del infinitivo en portugués, recomendamos la lectura de *O estatuto de “para” nas completivas de infinitivo em função de complemento direto selecionadas por verbos declarativos de ordem* del profesor español Secundino Vigón Artos, disponible en http://www.gelne.org.br/Site/arquivostrab/982-secundino_vigon_artos_gelne_natal.pdf, Consultado en el día 4 de enero de 2014.

¹¹ En español se apocopa antes de sustantivos masculinos y femeninos sólo en singular: Conocí a una *gran* mujer; mientras que en portugués se usará la forma completa *grande* en todos los casos.

apreender); *caballus* que significaba caballo de carga sustituyó a *equus* para significar lo que es hoy *caballo* (port. – *cavalo*); *perna* que significaba el *jamón* del animal sustituyó a *crus* para significar un miembro del cuerpo humano – *pierna* (port. – *perna*); *testa* que tenía como sinónimo *cacharro*, *tiesto*, pasó a significar la *tiesta*, *cabeza*¹²; *comedere* sustituyó a *edere* para significar *comer* (igual en portugués); de origen griega se usó vulgarmente la palabra *spatha* en lugar de la latina *gladius* (esp. y port. – espada) y la germánica *riks* en lugar de la latina *dives* (esp. y port. – rico).

Por otro lado, los sufijos –*iculus* e –*iculas* del latín clásico perdieron el carácter de diminutivos en algunas palabras: *auricula* (diminutivo) sustituyó a *auris*, y dio origen a *oreja* (esp.) y *orelha* (port.); *genuculum* sustituyó a *genu*, y dio origen a *hinojo* (esp.) y *joelho* (port.). Otros sufijos ganaron otra vocal tónica en el latín vulgar, y dio origen a nuevas palabras neolatinas: *rotulla* fue reemplazado por *rotella*, que en español pasa a ser *rodilla* (port. – *joelho*) más usado que *hinojo*. A seguir se muestran más casos de derivación: el adjetivo *mane* se sustantivó y se hizo *maneana* > *mañana* (esp.) / *manhã* (port.); el sustantivo *carrus* dio origen al verbo *carricare* > *cargar* (esp.) / *carregar* (port.), *follis* al verbo *follicare* > *holgar* (esp.) / *folgar* (port.), *altius* al verbo *altiare* > *alzar* (esp.) / *altear* (port.), *amarus* al verbo *amaricare* > *amargar* (esp. y port.); *ausare* reemplazó a *audere* > *osar* (esp.) / *ousar* (port.), *adjutare* a *adjuvare* > *ayudar* (esp.) / *ajudar* (port.), *figicare* a *figere* > *hincar* (esp.)¹³ / *ficar* (port.), *usare* a *uti* > *usar* (esp. y port.), entre otros ejemplos.

Como complemento, Ilari (2006, p. 132), nos trae algunos registros de formas latinas vulgares que sólo Hispania desarrolló mediante los futuros dialectos castellanos y portugueses: *demagis* > *demás* (esp.) / *demais* (port.); *fabulari* > *hablar* (esp.) / *falar* (port.); *quaerere* > *querer* (esp. y port.); *percontari* > *preguntar* (esp.) / *perguntar* (port.); *mancipiu* : *mancebo* (esp. y port.); *collacteus* > *colazo* (esp.) / *colaço* (port.); *novacula* > *navaja* (esp.) y *navalha* (port.); *coratione* > *corazón* (esp.) / *coração* (port.); *capitia* > *cabeza* (esp.) / *cabeça* (port.); *concilium* > *consejo* (esp.) / *conselho* (port.).

4.2 La fuerza del latín – puente a las lenguas romances en Hispania

¹² En portugués se usa *testa* como sinónimo de *frente* del español, parte superior de la cara.

¹³ En este contexto es preferible en español el uso de la palabra *quedar* de origen también latina en lugar de *hincar*.

Acabamos de leer más de diez páginas sobre el latín, pero es claro que este asunto exige demasiado análisis, aún más contundente. Nuestro objetivo, sin embargo, ha sido presentar características generales precisamente del latín vulgar como lengua precursora de las neolatinas en Hispania (donde nos limitamos). Tales lenguas neolatinas se llamarán a principio de lenguas romances, que se tratarán de dialectos con caracteres ya independientes del latín vulgar.

Antes de todo, debemos fijar que el latín vulgar, a pesar de los cambios y rasgos independientes, no siempre se distinguirá por completo de la forma clásica, pero se presentará como una forma adaptada de ésta, como ya lo explicamos anteriormente. Por eso, el español y el portugués tenderán a asemejarse más con la forma vulgar, principalmente en la oralidad, pero no será difícil notar centenas de palabras españolas y portuguesas de origen estrictamente clásico. En este trabajo aseguramos que el español y el portugués nacen del latín vulgar, porque consideramos que esta lengua es una mezcla del latín clásico, extranjerismos y rasgos propios, con las que las lenguas ibéricas en estudio sufrirán influjo.

En esta fase de ascenso latino, Diocleciano, emperador romano, como ya lo hemos dicho en capítulos pasados, llega a su poder dividiendo Hispania en cinco provincias: Galicia, Lusitania, Bética, Cartaginense y Tarraconense, pero aun llega a juntar a estas cinco una africana, llamada Mauritana Tingitana, que comprende hoy el norte de Marruecos, que ya mantenía negocios con la Bética anteriormente. Después, el Imperio Romano se hace tetrarquía, con cuatro emperadores en el poder, dos sobre el comando del occidente romano y dos del oriente; luego surgirá otra tetrarquía que incluye a Constantino I, y después de una triarquía y diarquía él llega al poder solo, el que por medio del Edicto de Milán en 313 declara la libertad religiosa dentro del imperio, y Teodosio I oficializa el cristianismo en 379.

Luego, la lengua latina se hace referencia religiosa además de cultural, pero, como indica Lapesa (1981, p. 104), había diferencias regionales, diversidad étnica y sustratos lingüísticos que provocarían adelante el surgimiento de dialectos proto-romances, después romances, y por fin un tratamiento especial al latín y su identidad. En cada provincia había subcomunidades donde las personas que se integraban a los negocios de la capital o conservaron los rasgos antiguos del latín o crearon nuevos términos. Este es un momento que el latín vulgar perdía su homogeneidad y daba espacio al surgimiento de dialectos que algunos estudiosos los llamarán proto-romances

– estado más avanzado del latín vulgar¹⁴. Y sobre dicha situación que enfrentaba Hispania hacia el latín, resalta Lapesa (1981, p. 105):

“En la Bética, apartada y culta, patria de retóricos y poetas, se hablaría seguramente un latín conservador, purista en cierto grado. En cambio, la Tarraconense oriental era ruta obligada de legionarios colonos y mercaderes; es de suponer que acogiera una población flotante que se expresaría con descuido, traería novedades de lenguaje y propendería sin duda al neologismo”.

En otras palabras, la región de cultura más refinada, las personas que tenían relación política y las religiosas respetaron la forma culta y a veces arcaica de un latín literario, mientras los comerciantes y personas consideradas sin cultura comenzaban a adaptarlo y cambiarlo. Estas innovaciones latinas, vistas al inicio principalmente en la provincia Tarraconense, son notables hoy en los dialectos de catalanes y aragoneses, que influenciaron en el castellano y le hicieron diferenciarse del galego-portugués en algunos casos, como, por ejemplo, las reducciones *ai > e*, *au > o*, *mb > m*: *lomo* (esp.) > *llom* (cat.) > *lombo* (port.). Explica Lapesa (1981, p. 106) que eso va a ocurrir debido a la relación muy estrecha que las regiones donde están hoy Cataluña y Aragón tenían con Galia y Italia, y por consiguiente algunos aspectos lingüísticos de estos diferentes pueblos se van a conciliar.

Aunque con varias formas de hablarlo, el latín se junta al griego como lenguas que expresan elevado nivel de cultura, pero exactamente por su extinción como lengua nativa nos parece que hoy el latín se reserva sólo a lo religioso y limitadamente a lo científico, al abandonar por último su fuerza manipuladora dentro de la literatura no religiosa. Porque algunas palabras latinas fueron muy utilizadas en el contexto religioso y por eso permanecidas en las lenguas romances, adaptándolas a su fonología y morfología: *saeculum* (lat.) > *siglo* (esp.) / *século* (port.), *apostolus* (lat.) > *apóstol* (esp.) / *apóstolo* (port.), *miraculum* (lat.) > *milagro* (esp.) / *milagre* (port.); mientras tanto las palabras banales de uso cotidiano fueron más propicias a cambios, adaptaciones o muertes. Esta situación de pocos cambios en la estructura clásica se llamará por los lingüistas semicultismo, mientras que el cultismo implicará en la fidelidad completa a las palabras clásicas: *evangelium* (lat.) > *evangelio* (esp.) /

¹⁴ Algunos ejemplos se muestran en el Appendix Probi, un texto de autor desconocido publicado en el siglo IV d. C., donde se apuntan palabras del latín clásico en contraste con las vulgares. Disponible en http://www.ling.upenn.edu/~kurisuto/germanic/appendix_probi.html, Consultado en el día 08 de enero de 2014.

evangelho (port.). Como mencionamos en capítulos anteriores, pero sin profundizarnos, a veces podrá que las lenguas romances tomen la palabra clásica y su semejante vulgar, y hasta transformen sus significados: en español y portugués las palabras *concilio / concílio* descienden del latín clásico *consilium* mientras *consejo / conselho* descienden del vulgar *consilium* – las primeras se refieren a una junta o congreso para tratar algo político o religioso y las otras aparecen como una opinión que se da a alguien sobre un determinado tema, significado nuevo.

Neologismos, adaptaciones y desaparecimiento de términos vulgares hicieron con que aumentara más aún el carácter extra-cultural y lingüístico de Hispania, que desde muy temprano había sido poblada por varias gentes, y en este momento sufre la enorme influencia romana, la más grande de todas. Por fin, hemos percibido que la lengua española y portuguesa todavía no han surgido, pero comparten de una misma (pre)historia, y podemos ya apuntar porque hoy los idiomas tanto se parecen: los pueblos antecedentes de los romanos dejaron mismas huellas tanto en el territorio hoy español como en el portugués, el vasco dejó asimismo sustratos en los dos territorios; como también la lengua ligur, celtíbera, tartesia, fenicia, griega y cartaginense, hasta que la cultura romana llega y su lengua latina que por supuesto originará la lengua española y portuguesa en Hispania. Seguramente, si mismos pueblos o la mayoría de tales pueblos difunden su cultura e idioma en toda Península Ibérica, por supuesto los rasgos afines de los dos idiomas tienden a aparecer y avanzar. Sin embargo, la historia del español y portugués no acaba aquí, sin que antes la cultura y lengua germánica y árabe se difundan en la Península Ibérica

5. LA INVASIÓN BÁRBARA Y EL DESCENSO DEL LATÍN VULGAR

Tras varios golpes militares en el Imperio hasta llegar Constantino, las tierras hispánicas se ven debilitadas: la política, la sociedad, la agricultura, la economía, etc. El cristianismo surge en Hispania de forma avasalladora, ya que Constantino lo usó como soporte de sus intereses políticos para intimidar a los hispanos y se los sujetasen; en su imperio reformó la corte, la estructura del ejército, las leyes, e impuso poco a poco la doctrina cristiana como única y que se debía respetar sus dogmas. Pero el gobierno de Constantino empezó a tener un carácter opresor, y siguió así hasta que apareció a Teodosio I como el emperador que podría cambiar para mejor el gobierno romano, comandando tanto al occidente como al oriente. Sin embargo, después que declaró el

cristianismo como la religión oficial del Imperio Romano, la sociedad hispana sufre de forma brutal aún más imposiciones, persecuciones, represiones, si no se sujeta al dogma, siendo considerado el que lo hace un pagano o hereje.

Con la muerte de Teodosio I, el imperio del occidente resurge y pasa a ser liderado por su hijo menor Honorio, que tenía nueve años de edad, periodo en el que el imperio pasa por el descenso más grande de la historia. A pesar de esta inestabilidad del gobierno de Honorio, él hasta consigue expulsar los primeros bárbaros que invadieron a Lusitania con la ayuda del rey visigodo Walia (MASIP: 2003, p. 26), pero evidentemente los soldados pierden fuerza en el comando de las áreas fronterizas por causa de la masa numerosa de bárbaros que no desistían de establecerse en suelo hispánico, lo que facilitó la entrada e instalación definitiva de su reino, de origen germánica, al empiezo del siglo V, primeramente por los vándalos, suevos y alanos y por último los visigodos¹⁵.

Los primeros invasores bárbaros de Hispania no fueron tan fuertes (salvo los suevos): los alanos se establecieron en parte de Cartagena y Lusitania, los suevos en Galicia y parte de Lusitania, y los vándalos en la Bética y parte de Galicia. Como elemento lingüístico, los alanos y vándalos dejan algunos topónimos en España (LAPESA: 1981, p. 116-117), y los suevos en Galicia y Portugal.

Pero la época de los germánicos visigodos fue la más importante en territorio hispánico. El rey visigodo Ataúlfo aplastó a los germánicos anteriores, con excepción de los suevos, cuando fue obligado a bajar a Hispania después de la derrota ante los francos en la Batalla de Vouillé. Entre los germánicos godos, los visigodos eran el pueblo más civilizado (LAPESA: 1981, p. 117), y cuando el reino de Tolosa fue destruido en Galia, formó el reino de Toledo a finales del siglo V.

Después del rey Ataúlfo, los visigodos estuvieron sobre el comando de varios reyes godos, conocen al latín, la cultura, la sociedad y tierra hispánica, cuando el más famoso “Leovigildo (568-585) logró mantener su dominio sobre la Península. Recaredo, en el año 589, se convirtió al Cristianismo y, con ello, se produjo la romanización de los visigodos, que pronto formaron un solo pueblo con los hispano-romanos” (POZA: 2007, p. 52), puesto que en los reinados anteriores no había dicha relación:

“Al principio evitaron la mezcla con los hispanorromanos; estaban prohibidos los matrimonios mixtos; el arrianismo de los dominadores

¹⁵ Ya que los godos en el siglo III ya habían entrado en la Península por el norte y se fijaron en Tarragona, asesinando a los emperadores Decio y Valente (LAPESA: 1981, p. 111).

establecía una división esencial con el catolicismo de los dominados.” (LAPESA, 1981, p. 117).

La romanización de los visigodos en el contexto lingüístico significa superestrato, es decir, el influjo de un dominio lingüístico de un determinado territorio – germánico – llevado a otro dominio en otro territorio, pero sin sustituir o sobresalirse a éste, aborigen (LÁZARO CARRETER: 1980, p. 383 *apud* POZA: 2007, p. 52). Es durante el gobierno de Leovigildo que los bizantinos se establecen en el levante español, teniendo a Cartagena como capital, y junto a los francos, vascos y suevos son los pueblos que resisten a los visigodos, que fueron vencidos definitivamente por el rey Suintila (621-631), cuando el reino visigodo tomó toda Hispania.

La lengua latina vulgar fue respetada y mantenida por los visigodos, donde el gótico fue solamente un superestrato dentro del latín, así también como el cristianismo se hizo la creencia de estos invasores. Fueron tres siglos de los visigodos en Hispania, y poco antes del siglo VIII, periodo que hizo con que el latín se modificara aún más, principalmente por incorporar rasgos germánicos. En este momento, Hispania se divide en Lusitania, Galicia, Asturias, Cantabria, Vascona, Tarragona, Celtiberia, Carpetania, Cartagena y Bética, y algunos territorios se mostrarán más tendenciosos a independizarse con dialectos romances; por el otro lado, “gracias a los visigodos, la idea de la personalidad de Hispania como provincia se trocó en conciencia de su unidad independiente” (LAPESA, 1981, p. 118), es decir, un territorio con carácter nacional superior a otras tierras invadidas, sin mucha opresión o coerción, como hubo en Francia por ejemplo, que pasó a ser llamada así por causa de la imposición franca.

5.1 El superestrato germánico

La relación germánicos-(hispano)romanos fue directa, sea tenebrosa o pacífica, aconteciendo durante los siglos I al IV, en los cuales hubo un nutrido intercambio de palabras (LAPESA: 1981, p. 112): “los germanos tomaron del latín nomenclatura del comercio, agricultura, industria, vivienda, derecho, etc.; pero también comunicaron a los romanos términos suyos”. Los germanos respetaron el latín hispánico que ya empezaba a mostrar variedades, y no lo rechazaron como cultura, sino procuraron aprenderlo, conservarlo y enriquecerlo con interferencias¹⁶ o préstamos¹⁷ de su lengua.

¹⁶ “A palavra interferência designa um remanejamento de estruturas resultante da introdução de elementos estrangeiros nos campos mais fortemente estruturados da língua, como o conjunto do sistema fonológico

Sobre lo comercial, algunas palabras germánicas adentraron al léxico latino, y la lengua española como también la portuguesa las heredó. Es el caso de la palabra *sapone* (lat. vulg.) procedente de *saipo* (germ.) que en español pasará a *jabón* y en portugués a *sabão*; también *zink* (germ.) > *zinc* (esp.) / *zinco* (port.), *kobalt* (germ.) > *cobalto* (esp. y port.), *nickel* (germ.) > *níquel* (esp. y port.).

Los bárbaros, al inicio de su establecimiento en Hispania, convivieron principalmente con la masa hispánica que se sentían sofocados por las imposiciones romanas hacia el latín correcto, cristianismo, nuevas leyes, etc., engendrando en estos pueblos junto a los germánicos las revueltas y futuras guerras, que provocaron la transferencia al latín de términos bárbaros relativos a peleas y armas, ya nuevos, ya sustituyendo a los latinos (LAPESA: 1981, p. 115-116): *bellum* (lat.) fue reemplazado por *werra* (germ.) > *guerra* (esp. y port.); *wardôn* (germ.) > *guardar* (esp. y port.), *raubôn* (germ.) > *robar* (esp.) / *roubar* (port.), *warnjan* (germ.) > *guarnecer* (esp. y port.), *hēlm* (germ.) > *yelmo* (esp.) / *elmo* (port.), *dard* (germ.) > *dardo* (esp. y port.), *haribairgo* (germ.) > *albergue* (esp. y port.), *spaura* (germ.) > *espuela* (esp.) / *espora* (port.), *pistole* (germ.) > *pistola* (esp. y port.).

La herencia de vocabulario germánico en el español y portugués también se verá en el léxico del vestuario: *falda* (germ.) > *falda* (esp. y port.); en el contexto de construcción civil: *sal* (germ.) > *sala* (esp. y port.); música: *harpa* (germ.) > *arpa* (esp.) / *harpa* (port.); derecho y leyes: *ban* (germ.) > *bannum* (lat. med.) > *bando* (esp. y port. de la que se derivó la palabra *bandido* [esp. y port.]); definición de sus personalidades: *orgôli* (germ.) > *orgullo* (esp.) / *orgulho* (port.), *marrjan* (germ.) > *marrire* y *exmarrire* (lat.) > *desmarrido* (esp.) / *esmarrido* (port.) = *triste*, *frank* (germ.) > *franco* (esp. y port.); adjetivos variados: *riks* (germ.) > *rico* (esp. y port.), *frisk* (germ.) > *blank* (germ.) > *blanco* (esp.) / *branco* (port.). Hay influencia germánica aun en nombres propios hispanos o lusos: “Álvaro, de all “todo” y wars “prevenido”; Fernando (< lat. *Friedenandus*), de frithu “paz, alianza” y nauth “atrevido”; Rodrigo (< lat. *Rodericus*), de hrots “fama” ricks “poderoso”” (POZA: 2007, p. 51).

uma grande parte da morfologia e da sintaxe e algumas áreas do vocabulário (parentesco, cor, tempo, etc.)” (WEINRICH: 1963 *apud* CALVET: 2002, p. 35-56).

¹⁷ “Os empréstimos podem ter causas várias, desde a transmissão de uma cultura para outra de técnicas e objetos antes desconhecidos, até a moda, a influência que uma língua exerce sobre outra por ser encarada como expressão de uma cultura mais refinada ou mais adiantada tecnologicamente” (ILARI: 2006: p. 149).

5.2 La caída del latín vulgar y el proto-romance

Como indica Lapesa (1981, p. 123), hubo en Hispania durante el período visigótico una depresión de la cultura, y una dificultad extraordinaria de Hispania comunicarse con el resto de Romania: “el latín vulgar de la Península quedó abandonado a sus propias tendencias”. Primeramente, el reino suevo persistió durante poco más de un siglo en el actual norte de Portugal y Galicia y allí desarrolló su variedad vulgar; de forma parecida los cántabros fueron resistentes y conservaron su identidad, y desarrollaron también su variedad vulgar: estos dos casos introducen la variación del latín vulgar en Hispania, y consecuentemente un minúsculo carácter independiente de cultura (gallego)-portuguesa. Por consiguiente, podemos decir que el gallego-portugués y el castellano nacerán como dos de los dialectos del proto-romance durante el final de la ocupación germánica del territorio, hasta que en la dominación árabe podrán ser formar parte del romance, un latín vulgar avanzado, que estudiaremos en el próximo capítulo.

La época que antecede los árabes en Hispania es escasa en cuanto a los registros de lenguas. Aun así, Lapesa (1981, p. 124-128) nos traerá informaciones sobre ello, por ejemplo, la sonorización de las consonantes intervocálicas va a firmarse y ampliarse en la Hispania de latina (ya que el euskera es de otra familia): la /f/ es cambiada por /v/, /c/ por /g/, /p/ por /b/ y /t/ por /d/, como lo hemos analizado en capítulos anteriores, diferenciándose del italiano, que va a heredar del latín demasiadas consonantes de pronunciación sorda: *amico* (it.) > *amigo* (esp. y port.), *aspettato* (it.) *esperado* (esp. y port.). La palatización de [ç] como en italiano siguió a existir a finales del dominio germánico en palabras con c inicial; los grupos -cl-, -tl-, -gl- y l + yod se convirtieron en una simple /l/ lateral: *veclu* (lat. vulg.) > *velo* o *vielo* (proto-romance); el grupo -ct- fue cambiado por sólo -t-; hubo diptongación variada de las vocales latinas /ē/ y /ō/ en grande parte de Hispania, mientras en la Bética, Lusitania y oeste de la Galicia su tratamiento fue fiel al latín, sin diptongación.

Son interesantes los años que anteceden el siglo VIII de invasión musulmana en la Península Ibérica. Se percibe una ruptura del latín vulgar, una política diferente en Cantabria y vestigios de los suevos al norte del territorio; por eso, dialectos están preparados para surgir y desarrollarse aunque algunas diferencias y tratamientos del latín vulgar ya sean notados como proto-romance, variedad de habla y no de escritura del latín vulgar (ILARI: 2006, p. 65). No obstante, será realmente necesaria la venida de

la cultura y lengua musulmana a Hispania para que los dialectos hispánicos ganen independencia en definitivo, y expuestos también en la escritura dejen de ser variedades del proto-romance y se hagan del romance.

6. LA INVASIÓN MUSULMANA Y EL SURGIMIENTO DEL ROMANCE HISPÁNICO

Si con los germánicos la cultura romana ya no tenía tanta fuerza en Hispania como en otras provincias, la llegada de los musulmanes en la Península en el siglo VIII cambiará la vida de los hispanos por traerles una nueva cultura y lengua, haciendo con que este pueblo se diferencie todavía más de los otros que también fueron dominados por los romanos, mientras que el pueblo hoy español y portugués son espectadores de una misma prehistoria y historia de su lengua hasta el presente momento.

Después de dominar a Siria, Persia y el Norte de África, los musulmanes – árabes, sirios y berberiscos – avanzan al norte y llegan al sur de la Península y la domina aprovechando un momento de crisis en el reinado visigodo, derrumbando al último rey godo Don Rodrigo en la batalla de Guadalete, en 711, bajo las órdenes de Tariq, y desde este instante los moros se hacen señores absolutos de las tierras visigóticas (COUTINHO: 1962, p. 58), y todo el territorio musulmán hispánico pasa a ser llamado Al-Ándalus. Los invasores no encontraron dificultades de avanzar la conquista hacia el norte, pero, así como los romanos y visigodos, no consiguieron el poder sobre la Cordillera Cantábrica y los vales más recónditos de los Pirineos (MASIP: 2003, p. 26).

Entre los musulmanes, los árabes son de influencia más grande sobre Hispania. Trajeron como doctrina musulmana el Islam que se opuso al cristianismo romano-germánico, pero luego se convertirá a éste en estímulo o complemento (LAPESA: 1981, p. 129). Es que algunos hispano-godos cristianos deciden no adherir a la religión islámica, llamados mozárabes, pero aun así vivirán bajo jurisdicción musulmana y serán influenciados por la cultura, lengua y hasta religión árabe:

Embora fatores vários como a raça, a língua, a religião e os costumes extremassem vencidos e vencedores, muitos hispano-godos, seduzidos pela civilização árabe, adoram os costumes e, com eles, não raro a própria língua árabe, esquecendo o romance que falavam. (COUTINHO: 1962, p. 58).

La cultura y ciencia árabe estaban en un nivel muy avanzado, y por eso los musulmanes comportaban una civilización superior a la hispano-goda: las letras y artes las conservaban los califas; muchos árabes eran buenos conocedores y cultos en medicina, filosofía, matemática y literatura aristotélica y filosofía griega (COUTINHO: 1962, p. 58). Como indica Lapesa (1981, p. 129), no trajeron mujeres y el casamiento entre árabes e hispano-godos fue permitido; esclavizaron a mujeres gallegas y vascas; persiguieron los mozárabes que radicalizaban el cristianismo, respetaron los menos radicales e islamizaron a otros.

Los árabes aun se destacaron en la agricultura, comercio e industria:

Plantas desconhecidas na Europa foram por eles transportadas do Oriente e aí aclimatadas. Ricas tapeçarias e os objetos de adorno mais requintados enfeitavam os palácios dos califas. O luxo invadiu a alta sociedade. Depois extravasou-se pelas outras camadas sociais. Córdova se transformou no centro mais importante da civilização islâmica. (COUTINHO: 1962, p. 58).

Por lo tanto, la cultura árabe se hace una de las principales que llegaron a tierras ibéricas.

6.1 El árabe y la fragmentación del romance hispánico

Los árabes transportaron a Hispania una lengua de naturaleza distinta, como indica Poza (2007, p. 51-52), que se impuso como lengua oficial y de cultura, un idioma semítico de la familia del fenicio, hebraico, y otros. Pero en realidad el romance de origen latina prevalecerá en Hispania, que será hablado junto al árabe (LAPESA: 1981, p. 129-130), salvo en el País Vasco que seguirá con su idioma de origen incierta. En los años primeros de dominación musulmana, hay una situación de bilingüismo, donde el árabe será otro superestrato y lengua clásica principalmente en la escritura, pero después el romance hispánico se va volviendo superior al árabe por lo menos en el contexto de habla y tendencioso a exponerse en la escritura también, de forma que, relata Lapesa (1981, p. 132), hubo poetas que escribió en las dos lenguas, árabe y romance, o las mezclaron en sus escritos.

En fin, la fuerza del romance, o sea, del latín ya modificado (COUTINHO: 1962, p. 59), desafiará los límites del árabe y los romperá y vencerá primeramente al norte, fragmentándose así el romance en romances neo-latinos llenos de interferencias y préstamos árabes que aumentarán aún más durante la Reconquista cristiana, como

comprobaremos en vestigios árabes dejados tanto al español como al portugués: “A invasão muçulmana interrompeu a homogeneidade existente e o românico começou a diversificar-se ao longo da reconquista, sempre influenciado pelos dialetos árabes.” (MASIP: 2003, p. 27). Claro, hoy nosotros podemos llamarlos de romances porque sabemos que durante la reconquista poseían rasgos independientes, o sea, eran lenguas, sobreviviendo cuatro actualmente (español, portugués, gallego y catalán), pero sí los podremos llamar dialectos del romance (hispanico / ibérico), también, si vemos Hispania como un territorio sin nacionalidades, sin barreras políticas que opriman el contacto entre los dialectos peninsulares. Volveremos a este asunto al final de este trabajo cuando estemos explicando el fenómeno llamado continuo dialectal.

6.2 El romance hispánico

Por causa de la forma pacífica con que los musulmanes trataron el hablar vulgar de los hispánicos, el romance se presentó heterogéneamente a través de dialectos, es decir, en Hispania se empezó a hablar más de una forma modificada del latín vulgar: En Asturias y León se empezó a hablar el leonés; en Castilla, el castellano; en Navarra y Aragón, el aragonés; en los Condados Catalanes, el catalán; y en Galicia y noroeste de Portugal, el gallego-portugués. Son dialectos neolatinos llamados en este momento romances que eran hablados en oposición al árabe, pero los testimonios escritos son pocos por lo menos al principio, y sólo con los intentos y ápice de la Reconquista los romances ganan vida, y carácter independiente entre sí.

Un poco más sobre estos romances nos dirá Masip (2003, p. 27): el gallego-portugués se mantuvo como lengua oral y escrita entre finales del siglo XI hacia el XIV, momento que se separaron y se hicieron gallego y portugués; el castellano se consolidó desde el siglo XI, gracias a la Escuela de Traductores de Toledo, fundada por Alfonso VI, donde árabes, judíos y cristianos se propusieron a traducir al latín y al romance castellano textos árabes de astronomía, medicina y filosofía; el asturiano-leonés supervivió como lengua románica ágrafa hasta 1230, cuando la región se fundió con Castilla; el navarro-aragonés sufrió presión del País Vasco, Francia y Condados Catalanes, y hubo mucho contacto lingüístico, político y principalmente cultural entre estas regiones; el catalán fue influenciado por el provenzal y sufrió influencia política de la Península Itálica. Complementando el pensamiento del autor, en años posteriores, Galicia se hace una región de España y ahí desarrolla su lengua, el gallego, que

sobrevive hasta hoy; el asturiano-leonés sufre influencia del castellano, pero preserva su dialecto que se divide en dos, asturiano y leonés, hoy dialectos del castellano; el navarro-aragonés pierde su validez ante el crecimiento del castellano, y hoy la región comporta poquísimos hablantes; el catalán, como el gallego, es una lengua neolatina que ha sobrevivido dentro de España; el vasco, de origen desconocido, sigue siendo hablado en norte de España y sur de Francia. Hoy, la única diferencia, que aquí afirmamos que haya entre el portugués y las lenguas vasca, catalán y gallega, es que sólo el portugués consiguió convertirse en lengua nacional y oficial, mientras que Cataluña, Galicia y País Vasco no son naciones, aunque este último siempre lo ha intentado ser.

6.3 El superestrato árabe

A pesar de un dominio que empieza en el siglo VIII y sucumbe en 1492¹⁸, la influencia árabe en Hispania no absorbe ni un poco a la que el latín provocó, tampoco compromete la fuerza de los dialectos romances ahí presentes. Coutinho (1962, p. 59) añade sobre ello: “A influência árabe não foi tão grande, como era de se esperar, a pesar do seu longo uso a par do romance. Exerceu-se quase exclusivamente no domínio do vocabulário”. Quizás la influencia artística y arquitectónica árabe se sobresalió ante la lingüística.

La influencia árabe en el campo lexical es muy notoria hoy en las principales lenguas ibéricas, español y portugués. Indica Ilari (2006, p. 148) que el principal préstamo árabe al español y al portugués es la sílaba *al* (artículo árabe) al inicio de las palabras, principalmente sustantivos.

De acuerdo a Lapesa (1981), Poza (2007, p. 52-53) e Ilari (2006), podemos observar los principales arabismos (las palabras en destaque) encontrados en la lengua española y portuguesa: *zaga* (esp. y port.)¹⁹ era la retaguardia del ejército árabe; las fronteras y ciudades eran defendidas por *alcazabas* (esp.) / *alcáçovas* (port.), las fortalezas árabes; las convocatorias hechas a los pueblos a que acompañaran los ataques se llamaron *rebatos* (esp.), junto al ruido de los *tambores* (esp. y port.); los agricultores moros hicieron la *acequia* (esp.) / *acéquia* (port.) un canal que conduce agua para regar y ayudar en cultivación de *alcachofa* (esp.) / *alcachofra* (port.), *alubia*

¹⁸ El territorio árabe fue disminuyendo hasta este año, como se verá adelante.

¹⁹ En Brasil, precisamente, se usa *zaga* como la línea defensiva en algunos deportes.

(esp.) y *berenjena* (esp.) / *berinjela* (port.); en la artesanía los *alfareros* (esp.) / *oleiros* (port.) tenían la función de fabricar *jarras* (esp.) / *jarros* (port.) y *tazas* (esp.)²⁰; en el contexto comercial surgen las palabras *arancel* (esp.) / *aranzel* (port.) – impuesto aduanero –, *aduana* (esp.) / *alfândega* (port.) - oficina pública que en las fronteras registra y averigua los géneros y mercaderías que se importan o exportan, y cobra los derechos que adeudan –, *tarifa* (esp. y port.) – la tabla de precios, derechos o cuotas tributarias –, *almacén* (esp.) / *armazém* (port.) – donde se depositan mercancías; como pesos y medidas tenemos las palabras *arroba* (esp. y port.) – peso antiguo equivalente a 11,502 kg. –, *quintal* (esp. y port.)²¹ – peso de 4 arrobas –, *fanega* (esp.) / *fanga* (port.) – medida de capacidad para áridos que tiene 12 celemines y equivale a 55,5 l; las viviendas podían estar en barrios aislados llamados *arrabales* (esp.) / *arrabaldes* (port.), a diferencia de las *aldeas* (esp.) / *aldeias* (port.) donde era extensa la vecindad; aún sobre las habitaciones, se añaden las palabras *zaguán* (esp.) / *saguão* (port.), *azotea* (esp.) / *açoteia* (port.), *alcoba* (esp.) / *alcova* (port.), *tabique* (esp. / port.), *azulejo* (esp. y port.), *alcantarilla* (esp.); en el campo institucional y jurídico surgieron *alcalde* (esp.) / *alcaide* (port.) y *alguacil* (esp.) / *aguazil* (port.), que eran gobernantes árabes. A seguir se muestran más palabras de origen árabe: *alberca* (esp.) / *alverca* (port.), *azud* (esp.) / *açude* (port.) , *azúcar* (esp.) / *açúcar* (port.), *zanahorias* (esp.) / *cenouras* (port.), *algodón* (esp.) / *algodão* (port.), *aceituna* (esp.) / *azeitona* (port.), *azar* (esp. y port.), *alfiler* (esp.) / *alfinete* (port.), *almohada* (esp.) / *almofada* (port.), entre muchas otras. Verdad es que algunas palabras no se usan más, otras se usan con poca intensidad y muchas a menudo.

Hay también varios topónimos árabes en España y Portugal: *Alcalá*, *Guadalquivir*, *Guadalajara*, *Calatayud*, *Andalucía*, *Córdoba*, *Granada*, *Huela*, *Huesca*, *Mérida*, *Murcia*, *Alcaçovas*, *Alcanede*, *Álcacer do Sal*, entre otros. Además: “la gran cantidad de los que subsisten con plena vida, muchos de ellos fundamentales, caracteriza al léxico hispano-portugués frente a los demás romances” (LAPESA: 1981, p. 156), aunque otros romances también recibieron la influencia árabe.

6.3.1 Sucinta presentación de la influencia de la fonética, morfología, sintaxis y semántica árabe en Hispania

²⁰ En portugués, *taça* se refiere a *copa* del español, así que tiene el mismo origen de *taza*, pero a lo largo del tiempo ha ganado este nuevo significado.

²¹ En portugués, *quintal* es comúnmente hablado como el *patio* de la casa, en español.

Sobre la fonética, es providencial que lo introduzcamos con lo que dice Lapesa (1981, p. 142): “Los arabismos tomados al oído, fueron acomodados a las exigencias de la fonología romance. Muchos fonemas árabes eran extraños al español, que los reemplazó por fonemas propios más o menos cercanos”. El romance no conocía otro fonema sibilante fricativo sino a la /š/ sorda y /ž/ sonora, hasta que el árabe influyó en la formación de las africadas romances /š/ y /ž/ - *c, ç* y *z*.

De igual modo, la influencia árabe pasa al caso de la aspiración [h], que pasa a existir en la *g* antes de *e* e *i*, y en la *j* antes de cualquier vocal, cambiando la pronunciación palatal anterior, en el caso del español, ya que en español la pronunciación seguirá palatal – fricativa y sonora – [ʒ] (MASIP: 2003, p. 51).

La aspiración de la *h*, según Lapesa (1981, p. 145), no proviene del árabe, sino se trata de una coincidencia, pues la aspiración ya existía en los hablantes latinos vulgares y se encaminaba a convertirse en la *f* fricativa en muchos casos. En otros, la *h* seguirá en español muda y aspirada con el encuentro de una *u* en algunas regiones; en portugués la *h* sigue, pero sin hay aspiración.

Sobre la morfología y sintaxis, Lapesa (1981, p. 146) destaca que el elemento árabe *al-* no tiene valor de artículo en las palabras españolas. Por eso, igual a las otras de origen distinto, las palabras con este prefijo deben ser precedidas de artículos y determinantes, lo que pasa también con el portugués: *el algodón* (esp.) / *o algodão* (port.).

La terminación –*i* de palabras árabes pasó al español en palabras adjetivas sustantivadas, con tilde (esp.), y sin tilde (port.)²²: *jabutí* (esp.) / *jabuti* (port.). El español ampliará esta influencia con los gentilicios: *paquistaní, israelí*, etc., mientras el portugués preferirá los sufijos –*ão, -ano, -eiro, -eira, -ense* y –*ês* en su mayoría.

Algunas palabras españolas y portuguesas ganaron significados árabes. La palabra *nuevas* aparece en la Edad Media por primera vez como sinónimo de relato, noticia; la palabra *crear* (esp.) / *criar* (port.) ganó el sentido de amamantar, alimentar y educar a alguien.

7. LA RECONQUISTA Y FORMACIÓN DE ESPAÑA Y PORTUGAL

²² En portugués todas las palabras que terminan con *i* son agudas y no necesitan de tilde, así como las que terminan con *u*, excepto en casos de hiato.

Como lo hemos informado, Al-Ándalus no comportaba todo el territorio hispánico, pues había una resistencia de pueblos al norte por la Cordillera Cantábrica hasta los Pirineos. Ahí se concentrarán algunos pueblos insatisfechos con la presencia de los musulmanes y haber Hispania de compartir el cristianismo con el islamismo, aunque en Al-Ándalus se permitiera la fe cristiana: “Los Estados cristianos sentían la continuidad histórica con el reino visigodo, bajo el cual se habían forjado el concepto nacional y la unidad religiosa de España.” (LAPESA: 1981, p. 158). No tarda mucho para que los cristianos hispano-godos y a lo mejor los que vinieron del resto de la Europa occidental traben la primera pelea contra los musulmanes. Once años después del establecimiento del reino musulmán en Hispania, se levanta en Asturias Don Pelayo y guerrea contra los árabes que avanzaban hacia el norte en la pelea llamada Batalla de Covadonga, asegurándose ser el primer rey asturiano. La batalla acaba a favor de los asturianos, y Asturias se hace entonces la cuna de la Reconquista cristiana. Don Pelayo frena el avance de los musulmanes y el reino de Asturias avanza al sur, mientras que el reino de Navarra se queda independiente, y más tarde junto a los Condados Catalanes y la Marca Hispánica, originados por los francos, se emprenderán también a resistir al Califato de Córdoba.

Alfonso I, rey de Asturias (739-757), amplió el dominio asturiano desde la Galicia septentrional hasta Cantabria y Álava, y cincuenta años después Alfonso II consigue intensificar la supremacía sobre los musulmanes, periodo en que Al-Ándalus ya había pasado a ser llamado Emirato de Córdoba, comportando todo territorio. En el siglo IX el reino asturiano no para de crecer, tomando partes del actual norte portugués y español, cuando a comienzos del siglo X pasa a ser llamado reino de León. En la primera mitad de este mismo siglo el Emirato de Córdoba pasa a ser Califato, y los musulmanes consiguen mantener su tierra, que quedará frágil solamente en el siglo XI cuando el Califato de Córdoba se divide en taifas, un conjunto de ciudades autónomas musulmanas. Al norte León pierde territorio cuando surgen los reinos de Galicia y Castilla, junto a los de Navarra y Aragón, y los independientes Condados Catalanes. Más tarde una parte de Galicia se convierte en el reino de Portugal y la otra forma parte de León, llegando al fin el reino gallego.

Entre los reinos hispánicos, se destacan el de Castilla y Portugal. Este último avanza al sur y se apodera de Lisboa, mientras Castilla toma Toledo y se hace el más grande de los reinos. Castilla avanza por el sur, con la ayuda de otros reinos hispánicos y otros europeos, y, por medio de cruzadas imploradas por el rey Alfonso VIII al papa,

se ocupa de Alarcos, Caracuel, Salvatierra (único baluarte cristiano al sur), e invade la tierra musulmana hasta culminar en la actual Santa Elena, donde resulta la Batalla de Las Navas de Tolosa en 1212, con victoria de Castilla sobre el imperio árabe almohade.

Después del suceso, Aragón, que ya comportaba la actual Catalonia, aumentó su territorio hasta Valencia, mientras Castilla dominó Jaén, Córdoba (gran baluarte musulmán), Extremadura, Sevilla y Murcia; por el otro lado, Portugal completa su territorio en 1250 al conquistar la ciudad de Algarve.

A pesar de que Castilla se mostraba el más fuerte reino peninsular, Portugal consiguió resistirlo y en el siglo XII se sobresalió delante de los otros reinos de Hispania: “A nacionalidade portuguesa (...) só começa com D. Afonso Henriques, filho do precedente, que depois da batalha de Ourique (1139), sacudiu a suserania de Castela e se fez proclamar rei de Portugal, em 1143.” (COUTINHO: 1962, p. 61). Por lo tanto, por Coutinho podemos afirmar que Portugal ya es una nacionalidad aunque no teniendo su territorio completo (lo que pasa en 1250).

En el siglo XIII el reino de Castilla crece hacia el sur, y en este momento hace frontera con los reinos de Portugal, de Navarra y de Aragón. Más al sur, el reino de Granada permaneció musulmán hasta que en el siglo XV, en 1492, “as armas vitoriosas dos reis católicos Fernando e Isabel, apoderando-se de Granada, último reduto mouro, puseram fim para sempre à dominação semítica da Espanha.” (COUTINHO: 1962, p. 59).

En el siglo XVI es la vez del reino de Navarra ser suplantado por el reino de Castilla, quedándose solamente la actual Cataluña con su reino independiente, y Portugal al este.

7.1 España y Portugal en el nuevo mundo

Entre el final de la mitad siglo XV y principios de los años 1500, españoles y portugueses cruzan el Atlántico a buscar un mundo desconocido, y acaban por irrumpir en América, la que llamarán Nuevo Mundo, y empieza en este otro continente otro tipo de contacto de españoles y portugueses, del cual aquí en este trabajo hablaremos poquísimo. Si nos limitamos a la relación lengua española-lengua portuguesa en Europa, nos toca decir por lo menos que Portugal viaja a América independiente de España, que tenía otro rey. Este país, por su lado, viaja representado por el reino de Castilla. Podemos decir que los españoles que descendieron a América son los que

habían sufrido más influencia arábiga, ya que las navegaciones partieron desde el sur y hacía muy poco tiempo que los últimos árabes dejaban Hispania²³. En este tiempo el sur ya estaba bajo el dominio castellano, y es el reino de Castilla que llega a América cargado de variedades andaluces. Al momento que se apodera de Granada (1492), el reino de Castilla se apodera de Galicia y no tarda para que absorba también a Aragón y Navarra (salvo la Cataluña) y amplíe su territorio.

Por lo tanto, es Castilla que viene a América, y nada impedía que la actual España fuera llamada Castilla, pues así pasó con Portugal, que surgió como reino junto a Castilla y el topónimo sigue hasta hoy. La preferencia por Hispania y más tarde España se debió a una pluralidad de factores a veces no aceptables e incomprensibles. Pero la verdad es que este término de origen fenicia (= tierra de conejos) pareció el mejor para identificar la Península Ibérica: los romanos usaron este topónimo; los godos pudieron cambiarlo por Gotia, por ejemplo, como comenta Lapesa (1981, p. 118), pero no lo hicieron; los árabes llamaron su territorio hispánico Emirato y después Califato de Córdoba, pero Hispania sobrevivió con los pequeños reinos del Norte, principalmente el de Asturias; con la Reconquista, Hispania pasó a ser referida a todo el territorio peninsular (excepto la Cataluña). Sin embargo, dentro del reino castellano se vio la necesidad de sacar Portugal de esta tierra llamada Hispania, ya que tenía rey y carácter nacional. Por fin, la Península Ibérica se queda representada por Portugal, España (reino de Castilla) y Cataluña.

8. EL CASTELLANO Y EL PORTUGUÉS DENTRO DE LA RECONQUISTA

La Reconquista cristiana dura cerca de siete siglos y durante este período hay un avance del romance castellano. Antes de todo, es importante recordar que el español y el portugués son hasta ahí considerados dialectos del romance ibérico, hasta que se separan como lenguas al final de la reconquista, y sean por fin considerados por todos romances: “entre los diversos romances derivados del latín, hay uno, el castellano, que originariamente sólo se habla en Castilla, que va consolidándose de forma definitiva.” (POZA: 2007, p. 53).

²³ Por consecuencia, es muy común percibir rasgos muy parecidos entre el español andaluz y el español hispanoamericano, como, por ejemplo, la aspiración y a veces omisión de la /s/, como también la misma pronunciación de los fonemas líquidos [ʎ] y [j] en *llaves* y *ya ves*.

La reconquista comienza y en Hispania el romance pasa a ser representado por los dialectos: astur-leonés, castellano, navarro-aragonés, catalán y gallego-portugués (MASIP: 2003, p. 27), y más el mozárabe, hablado en el sur (LAPESA: 1981). Más tarde, el navarro-aragonés llega al desaparecimiento casi total; el gallego-portugués se hace gallego y portugués; el castellano se convierte en el principal romance que principiará y ornamentará la lengua española; el astur-leonés será absorbido por el castellano; el catalán se queda independiente; el castellano tendrá tres dialectos, el asturiano, el leonés y el andaluz (MASIP: 2003, p. 28). Ocurre de manera rápida una expansión interna del romance castellano (CANO AGUILAR: 2003, p. 193), una situación de primacía que los Condados Catalanes resisten y también Portugal ya en el siglo XII: “sacudiu a suserania de Castela (...)” (COUTINHO: 1962, p. 61). Desde ahora abandonamos la Cataluña y nos privamos a presentar y analizar la relación y contacto español-portugués hasta el momento de expansión de ambas lenguas.

8.1 El gallego-portugués y su ruptura

Cuando Afonso Henriques se proclamó rey de Portugal en 1143, la región ganó carácter nacional y consecuentemente la lengua portuguesa debería limitarse a este territorio: “Dada a independência política de Portugal, deveria necessariamente resultar, o que de fato resultou, – a diferenciação entre o português e o galego.” (COUTINHO: 1962, p. 61). Esta independencia acontece lentamente, y será ayudada por la fuerza castellana sobre los gallegos a finales del siglo XV, cuando Galicia definitivamente forma parte del reino de León y después de Castilla: “O galego-português manteve-se como língua oral e escrita entre os fins do século XI e meados do XIV, quando começou a desmembrar-se em português e galego.” (MASIP: 2003, p. 27). Además del contacto lingüístico entre Galicia y Portugal, a partir del siglo XVI resultará un contacto gallego-leonés que será aún más fuerte, ya que hasta hoy Galicia es territorio español²⁴.

8.2 El portugués

²⁴ Es perceptible la semejanza que hay entre el gallego y el portugués, y entre el gallego y el español, por cuenta del contacto que Galicia ha tenido con Portugal y el resto de España hace casi un milenio.

Mientras el castellano crece a medida que Castilla absorbe a León, Granada, Galicia, Aragón y Navarra, el portugués ya existe como gallego-portugués, y a partir del siglo XII se verán registros puramente de la lengua portuguesa.

Hablando sobre el portugués, Coutinho (1962, p. 73) dice:

Os mais antigos documentos de nossa língua datam do século XII. São, em prosa, um Auto de Partilha(1192), um Testamento (1193) e uma Notícia de Torto (1206?); em verso, uma cantiga de Pai Soares de Taveirós (1189) e outra del-rei D. Sancho (1194-1199).

A seguir mostraremos uno de los más antiguos escritos en lengua portuguesa – Cantiga d’amigo, de D. Sancho I²⁵ – aunque pueda ser también uno de los más antiguos del gallego, ya que sólo en el siglo XIV el gallego-portugués se fragmenta:

Ai eu, coitada, como vivo em gram cuidado
por meu amigo que ei alongado!

Muito me tarda
o meu amigo na Guarda!

Ai eu, coitada, como vivo em gram desejo
por meu amigo que tarda e nom vejo!

Muito me tarda
o meu amigo na Guarda!

Desde luego, la lengua portuguesa debe su existencia a la literatura. Por medio de estos escritos literarios, la lengua portuguesa pudo respirar y romper de una vez por todas con la primacía del castellano en la Península Ibérica.

De este testimonio podemos hacer un sucinto análisis de la ortografía del portugués arcaico: los pronombres *eu* y *me*, el posesivo *meu*, la contracción *na*, y otros elementos siguen hasta hoy; el adjetivo grande hoy en portugués no tiene apócope, el adverbio *nom* evolucionó a *não*, el verbo *haver* conjugado en primera persona del presente perdió la *h* latina, por causa de la inexistencia de aspiración, pero hoy la *h* vuelve a esta y muchas otras palabras, y siempre muda.

8.3 El castellano

²⁵ Disponible en <http://www.estudioraposa.com/index.php/11/03/2012/d-sancho-i-cantiga-de-amigo/> - Consultado en el día 20 de enero de 2014.

El castellano, considerado un dialecto del romance ibérico, alcanza un territorio amplio de la Península, y por consecuencia se hace la lengua de cultura junto a la lengua portuguesa ya antes del siglo XVI. La lengua española existente en los días actuales es el resultado de la dominación del romance castellano después de la reconquista, y hereda de éste toda su estructura lingüística. Según Masip (2003, p. 27), el castellano se consolida en el siglo XI con la Escuela de Traductores de Toledo, fundada por Alfonso VI en 1085, pero es realmente en el siglo XIII, con Alfonso X, que se desarrollan romance castellano o de Casti(e)lla y, lenguaje castellano o de Castiella y, a finales de siglo, castellano se usa ya como sustantivo para designar a la lengua propia de Castilla, una vez diluida en ella el leonés (POZA: 2007, p. 57). Siendo así, el español nace del castellano, es una extensión de éste, por eso que autores prefieren usar el término castellano para referirse a la lengua española, así también miles de hispanohablantes: “Este nombre español empieza a ser dominante a principios del XVI.

Pero, mientras el término España o Españas ya era usado entre el siglo XII y XIII, nos parece que el español o la lengua española debe esperar justamente el avance del castellano para que así sea llamada. Y sólo en el siglo XVI, por lo tanto, es que “el castellano se va a convertir, ya como “lengua española”, en una de las grandes lenguas de cultura del mundo moderno” (POZA: 2007, p. 55), y el nuevo término empezará a ser usado, aunque “algunos humanistas como Juan de Valdés o el propio Nebrija no lo usen, y prefieran castellano” (2007, p. 55).

Durante la reconquista, el hablar castellano se va a convertir por fin en escritura. Hablamos sobre los Cartularios de Valpuesta y las Glosas Emilianenses, que son los testimonios escritos más antiguos de este romance que se expandía en la Península, aunque se puede creer que el habla hispana ya existía años antes.

8.3.1 Los cartularios de Valpuesta

El castellano escrito va a surgir al principio de la reconquista cristiana. La influencia árabe no extirpó el latín vulgar ya modificado (romance), pero lo impulsó a modificarse todavía más.

En el nuevo milenio nuevos estudios son hechos sobre los orígenes de la escritura castellana. El Instituto de la Lengua de Castilla y León (ILCYL) ha

confirmado que los cartularios de Valpuesta, en la provincia de Burgos, comportan el más antiguo testimonio de lengua española²⁶.

Son dos cartularios: el más antiguo data de los años 804, 844, 864 y 875, y se llama gótico por ser escrito con letras y de forma visigótica. El otro es el cartulario Galicano, escrito en letras carolinas, entre los siglos XI y XII, donde son latinizadas algunas expresiones hispano-godas.

El director del Instituto, Gonzalo Santonja, trata como complejos los estudios realizados. Pero ha sido comprobado que los documentos fueron juntados por un clérigo del santuario de Valpuesta, que comportan entre otros temas las donaciones, juicios, ventas y cambios. Aunque este Instituto nos ofrezca toda seguridad, algunos expertos estudian esta nueva descubierta, y muchos todavía no ven autenticidad en los escritos.

8.3.2 Las Glosas Emilianenses

Por el contrario, las Glosas Emilianenses no nos dejan dudosos sobre la presencia de un romance durante la reconquista. Tales glosas fueron apuntes en romance y euskera, que tenían la intención predominante de resolver dificultades de comprensión sintáctica, morfológica y léxica del texto latino. Estas anotaciones fueron escritas en el siglo XI en el códice latino Aemilianensis 60, guardadas en la Biblioteca de la Real Academia:

(...) los monjes necesitaban explicaciones o aclaraciones para las que recurrían a otros términos latinos o a algunas palabras que ya se empleaban en la lengua común, heredera de la que habían traído los romanos: el castellano. De este modo, las Glosas Emilianenses y, algo más tarde, las Silenses, se convierten en el primer testimonio – apenas balbucesos – de que en tierras riojanas había nacido una modalidad lingüística nueva, resultado del uso local del latín hablado; eran los últimos años del siglo X. (ALVAR, MAINER, NAVARRO, 1997).

Las Glosas Emilianenses fueron publicadas en el monasterio de La Rioja llamado San Millán de la Cogolla y datan del siglo X o comienzos del siglo XI (LAPESA: 1981, p. 162). Hay una discusión sobre la lengua de las glosas, puesto que el mismo Lapesa comenta que son compuestas por euskera y navarro-aragonés, no

²⁶ Disponible en <http://www.valpuesta.com/un-estudio-confirma-a-los-cartularios-de-valpuesta-burgos-como-el-registro-escrito-de-espanol-mas-antiguo/> y <http://www.valpuesta.com/los-cartularios-de-valpuesta/> Consultados en el día 21 de enero de 2014.

castellano. De hecho, ellas son testimonios del dialecto navarro-aragonés, y La Rioja en este momento formaba parte de Navarra y no de Castilla. Sin embargo, si aquí consideramos como sinónimos lengua castellana y española, las glosas son testimonios de la lengua castellana. Por el otro lado, es mucho menos discutible, y por fin de nuestra preferencia, si apuntamos que estas glosas son unos de los primeros testimonios de lengua española, que se hablaba en España. Sin embargo, no podemos olvidar que el castellano hereda muchas características de las glosas, y será una lengua que ha de sofocar el dialecto el navarro-aragonés junto al catalán desde la reconquista hasta los días actuales: “con las Glosas Emilianenses nos encontramos ante la más antihua aparición escrita (por ahora) de algo que no es latín y parece castellano, ante el primer ejemplo histórico de nuestra lengua.” (E. ALARCOS: 1982, p. 10 y 17). A seguir presentamos el texto que al menos hasta el final del primer milenio era considerado el más antiguo de la lengua española:

Como aiutorio de nuestro dueno, dueno Christo, dueno Salbatore, qual dueno get ena honore, e qual dueno tienet ela mandatione cono Patr, cono Spiritu Sancto, enos sieculos de losieculos. Faca nos Deus omnipotes tal serbitio fere ke denante esa sua face gaudioso segamus. Amen.²⁷

El adverbio como es una evolución de la formación qu- latina de *quomodo* en este caso; *Christo* preservó la *h* latina clásica, pero la forma nominativa con terminación -us (*Christus*) se convierte en -o; *qual* es una evolución de *qualis* y del vulgar *quale*; *sua* antes era *suus*. De estos tres últimos ejemplos podemos ver que la *s* al final de las palabras se fue desapareciendo, explicado por la preferencia de otros casos de declinación en lugar del nominativo, cambios notados desde la época visigoda. Pero lo más importante aquí a destacar es la presencia de la diptongación en las palabras *nuestro*, *dueño* y *tienet*, evoluciones de *noster*, *dominus* y *tenet*, pues son características que pasarán principalmente a la lengua española, mientras no habrá principalmente en portugués (*nosso*, *dono* y *tem*).

Es incuestionable que afirmemos que tanto las Glosas Emilianenses como los Cartularios de Valpuesta (creyendo en el Instituto de La Lengua de Castilla y León) son la cuna de escritura española.

²⁷ Disponible en <http://www.vallenajerilla.com/berceo/turzamuro/glosasemilianenses.htm> - Consultado en el día 22 de enero de 2014.

9. EL ESPAÑOL Y EL PORTUGUÉS MEDIEVAL Y EL SIGLO DE ORO

La ocupación vasta del reino castellano en el siglo XIII en la Península es traspasada a la lengua y literatura. Cuando los castellanos tomaron el sur, empezaron a traducir textos hebreos y hebraicos al romance castellano a través de Escuela de Traductores de Toledo. En este siglo, Alfonso X “constituyó un período de intensa actividad científica y literaria dirigida por el mismo rey. En torno al monarca se congregaron juglares y trovadores, historiadores, hombres de ciencia.” (POZA: 2007, p. 54). Las traducciones a partir de ahí siempre serán en castellano, rechazando por fin el latín como lengua de cultura. Surgió entonces la prosa castellana (LAPESA: 1981, p. 238), con temas literarios y otros, crónicas, de jurisdicción, tratados de astronomía, mineralogía y astrología, obras de entrenamiento y las traducciones y adaptaciones. La lengua y literatura castellana crece e invade Granada en 1492 ya con una identidad muy independiente del latín. Es el final de la Edad Media.

En Portugal, el romance también seguía un avance parecido. La lengua gallego-portuguesa informalmente ya tenía carácter sólo portuguesa por causa de la desvinculación política de Portugal ante Castilla, hasta que el rey D. Dinis I declara el portugués como lengua oficial en Portugal ya a finales del siglo XIII. En 1290 fue creada la “Universidade” en Portugal, donde la lengua portuguesa crece al lado de lo científico (COUTINHO: 1962, p. 62). Pero es realmente la poesía el elemento irradiador de la lengua portuguesa, con las cantigas y trovas encontradas en los “cancioneiros”. Diferente del castellano, la traducción en Portugal gana fuerza sólo en el siglo XV, cuando “fazem-se muitas traduções de obras latinas, francesas e espanholas.” (COUTINHO: 1962, p. 62).

9.2 El siglo de oro

Los años del 1500 son muy importantes para la historia de Portugal y España y sus idiomas. Es el año que empieza con intensidad la colonización de las tierras del nuevo mundo. España llega a América con el idioma castellano influenciado por el arabismo de la actual Andalucía y Portugal con el portugués independiente del gallego.

Pedro Álvares Cabral, descubridor de Brasil, se impresiona con las tierras brasileñas, y las empieza a describir surgiendo así la literatura informativa; por otro lado, la literatura catequista fue usada para convertir y educar a los conquistados de

acuerdo la doctrina católica que infundía su primacía – es la época del “Quinhentismo” en Brasil. En Portugal, el “quincentismo”, o sea, el renacimiento, es sinónimo de difusión de nuevos géneros literarios y de la gramática disciplinando la lengua (COUTINHO: 1962, p. 62).

La lengua portuguesa, como el castellano, cruza a América con pocos años de edad, todavía en el momento de desarrollo, de publicaciones de gramáticas, traducciones, poesías, prosas, cantigas, crónicas y relatos. Se trata de una expansión intercontinental, donde el portugués se desarrolla en Europa haciendo frontera con el español de España, y en Brasil en contacto con los pueblos aborígenes y haciendo frontera con el español de los hispanohablantes de América. La realidad es que en América el español y el portugués sufrirán interferencias y tendrán contactos lingüísticos diferentes de los que tuvieron en América:

Com os descobrimentos marítimos, começa, para a língua portuguesa, a sua fase de expansão. Espalha-se pelas ilhas do Atlântico, atinge as costas da Ásia e da África, e chega, nas veleiras naus de Cabral, à Terra de Santa Cruz. (COUTINHO: 1962, p. 63)

Los relatos también son producidos por España. El fray Bartolomé de las Casas es el principal relator, contando principalmente sobre el tratamiento de los españoles a los indios y la catequización. En España, las obras arcaicas en romance empiezan con las líricas mozárabes (jarchas) a fines del siglo XI, pero durante el restablecimiento cristiano la lengua española se va desarrollando en trovas, crónicas, los juglares transcritos, autos, poesías, etc. Pero nos cabe destacar la importancia del Cantar de Mio Cid, poesía épica transcrita de los juglares, la obra épica más importante del siglo XII, refundido hacia 1140 en tierras de Medinaceli (LAPESA: 1981, p. 196). La literatura sigue con el Mester de Clerecía representado principalmente en el Libro de Apolonio y Libro de Alexandre, y otros escritores que hasta el siglo de oro se destacan por rescatar algunos términos clásicos latinos. En este siglo (XVI), la lengua española y portuguesa empiezan a entrar en contacto más intenso ahora como idiomas nacionales, pero antes de tratar de este contacto y cumplir nuestros objetivos, presentaremos a seguir características del español y portugués medieval hasta los años del 1500.

9.3 Características del español y portugués – desde el arcaico hasta el siglo XVI

9.3.1 El español

El Cantar de Mio Cid junto al Auto de los Reyes Magos en el siglo XII son las obras antiguas que mejor enseñarán al mundo el castellano con rasgos independientes y muy lejos ya del latín primero, y del vulgar.

En la fonética, algunas palabras presentarán sílabas tónicas distintas del latín, una evolución que empezó desde los hablares vulgares; la -t final en la conjugación de la tercera persona del presente del latín prosigue; la *o* tónica ya aparece transformada en el diptongo *ue* en el Cantar, pero en el Auto se puede encontrar aún la diptongación antecedente *uo*; en algunos casos la /e/ latina prosigue antes de *r*, *s*, *n*, *z*, *l* y *d*, pero en otros no, como por ejemplo en la escena III del Auto donde *grande* ya había evolucionado para *grand*, pero al final del siglo XIV la -e final se restablece por completo, excepto después de las consonantes /d/, /l/ y /n/, /r/, /s/ y /z/; algunas palabras castellanas que terminan con *e* en aquel siglo sufrieron influencia francesa y la perdieron volviéndose agudas – *noch*, *fuert*, *nuef* (esta se encuentra en el cuarto poema del Cantar de Mio Cid siendo una evolución de la latina *novem*); palabras apocopadas terminadas en *t* se presentan con la sonora *d* en la forma completa (*dent* – *dende*); la diptongación de la *e* tónica se verá en el Cantar, pero en el Auto permanecerá la *e* o será cambiada por una *i*. Muchas palabras no fueron a la literatura de la forma en que ya eran habladas en la región de Burgos, donde se hablaba el denominado castellano drecho, o sea, puro, normativo, al lado de Toledo y León (LAPESA: 1981, p. 241): la *f* todavía no sustituía la *h* al empiezo de palabras (*hijo* – *fijo*); no se redujo la formación –iello a –illo, como se puede observar en el poema XXIX del Cantar de Mio Cid; se mantuvo la diferencia entre /v/ y /b/.

Llega al siglo XIV y la fonética permite la eliminación de la *e* al final de palabras, pero los morfemas siguen con ella, lo que hace con que el español se diferencie del portugués: *vien* se transforma en *viene*, *tien* en *tiene*, *diz* en *dize*, mientras en portugués se solidifica el primer modo (*vem*, *tem*, *diz*). Pero en este siglo la terminación –illo sigue siendo característica sólo del habla así como la pronunciación aspirada de la *h* inicial, ya que en la literatura sigue –iello y f-.

En el siglo XV las palabras ya no alternan su terminación en –d o –t, y se cristaliza la –d; la f- inicial sigue, pero ya hay excepciones como *hazañas*, *holgar* y *herir*, que ya no se aspiran (LAPESA: 1981, p. 280).

El Siglo de Oro trae varios cambios en la lengua castellana. Antes de todo, ella se desenvuelve en este período como lengua española sofocando la lengua literaria

catalán gallega. Hay una vacilación en la pronunciación de las vocales no átonas (LAPESA: 1981, p. 368): surgen *cubrir* y *ruido* en lugar de *cobrir* y *roido*, y aún *quiriendo*, *sujuzgar*, *puniendo*, *sigún*, *siguro*, *cerimonia*, *risidir*, *lición*, *perfición* que se hacen como son hoy por fin en el siglo XVIII; la f- inicial sigue ante la h-, pero hay palabras que aceptan las dos formas (*falda-halda*), hasta que por influencia de Castilla la f- sucumbe y la h- la sustituye ya sin aspiración, y en otros casos con, fenómeno frenado en los siglos posteriores cuando la f- vuelve a algunas palabras; hubo una confusión entre la pronunciación de *g*, *j*, y *x* y la /z/ sonora y /s/ sorda por ser fonemas palatales – *relisión*, *colesio* en vez de *religión*, *colegio*; la /b/ y /v/ empezaron a ser pronunciadas indistintamente; la doble *s* se redujo a una, y la /ç/ se convirtió en /c/ o /z/.

La morfología española arcaica se encontraba en un estado caótico (LAPESA: 1981, p. 211). Seguramente, por causa de la expansión del reino castellano, la lengua de Castilla fue conservando sus rasgos, cambiando algunos, y a la vez incorporando características de otros romances, navarro-aragonés, leonés, catalán y mozárabe principalmente. Cuando vamos a ver los escritos arcaicos, nos deparamos con palabras de grafía variable, por ejemplo, el verbo *fazer* conjugado en segunda persona del pretérito que poseía ocho formas: *feziste*, *fiziste*, *fizieste*, *fezist*, *fizist*, *fiziest*, *fezieste* y *feziest*. Los adverbios de modo variaban también en su terminación: *veramente*, *verament*, *paladinamente*, *sennaladamient*, *fuertemientre*, *fuert mientre*. En la escena I del Auto de los Reyes Magos se usan *uertad* y *uerdad* (verdad), y *celo* y *cilo* (cielo).

En los siglos XIII y XIV podemos observar cambios morfológicos en los verbos: los imperfectos y condicionales terminados en –iés, –ié, –riedes fueron sustituidos por –ía y –ría, pero el cambio no fue completo, pues si pudo ver las formas antiguas en años posteriores; la /d/ de la conjugación de vosotros en presente empieza a ocultarse (*olvidés* en vez de *olvidedes*); se empieza a ver casos de omisión de otros en los posesivos de primera y segunda persona del plural (*nos* y *vos* en vez de *nosotros* y *vosotros*), confusión que resulta en el uso de una forma en Portugal y España, y en el surgimiento del *vos* como segunda persona del singular en Sudamérica.

La omisión de la /d/ en verbos evolucionó en el siglo de oro y se pudo ver también en América, avanzando a los participios. Los sevillanos, principalmente, omitía la *d* en participio – *perdío* en vez de *perdido* (1569); *to* en vez de *todo* en Zacatecas (1573); *calsaos* en vez de *calsados* en Lima (1583); y siguen otros casos (LAPESA: 1981, p. 389). En este período el uso de los demostrativos alternaba, como sus apócope; el uso de la conjunción aditiva y era compartido con *e* o *i* por algunos

escritores; los verbos *estar*, *ir*, *dar*, *ser* reciben y conjugados en presente en la primera persona – *soy* en vez de *so*.

Sobre la sintaxis, en las obras arcaicas era notorio el abundante uso de yuxtaposiciones y demostrativos; el verbo *ser* puede tener el valor de *estar* para indicar situación; *aver* y *tener* indican posesión; *ser* sustituía el actual *haber* antes de participio (una *strela es* nacida en vez de una *strela a* nacida) (LAPESA: 1981, p. 212); *tan* y *tanto* eran equivalentes a *muy* y *mucho*²⁸; la terminación del subjuntivo –*ara* se consolidó frente a –*ase* en la primera persona, y por consecuencia ocurrió en las otras.

El léxico español se enriqueció a lo largo de estos años. Palabras latinas fueron modificadas, otras permanecieron, se inventaron neologismos, y la interferencia de otros idiomas fue poca sino la influencia de la cultura francesa y los viajes de italianos a España.

9.3.2 El portugués con comparaciones al español

La lengua lusitana se desarrolla desde el siglo XII, y el multilingüismo presente dentro del reino de Castilla parece no haber con mucha intensidad. Castilla sufre mucha influencia del francés por causa del catalán, también del leonés, navarro-aragonés y mozárabe. Por su vez, Portugal tiende a heredar más rasgos del latín, incluso del clásico, comparado a España. En el siglo XII y XIII, sin embargo, la ocupación almohade, con hispano-godos y mozárabes, que iba desde el centro al sur del actual Portugal, hace con que Portugal presente muchas características del castellano, relación que ultrapasa el siglo XVI.

El vocabulario arcaico del portugués fue rico, pero mostró muchos cambios desde el siglo de oro: “algumas palavras não guardaram posteriormente a mesma forma, outras se empregam hoje em acepção diferente da que tinham, muitas desapareceram sem deixar vestígio.” (COUTINHO: 1962, p. 74). Estos cambios son muy bien explicados por Joaquim de Santa Rosa de Viterbo en su *Elucidário das palavras, termos, e frases, que em Portugal antigamente se usárão, e que hoje regularmente se ignorão*²⁹, publicado en 1798. En estos tiempos *cueca* era *ceroula*, *alcaide* (usado

²⁸ En portugués de Brasil, se puede observar *tanto* con el valor de *muito* en el habla por cuestión a lo mejor de énfasis: “falei *tanto* com ela ontem” – “falei ontem com ela durante *muito* tempo”

²⁹ Disponible en <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR> – Consultado en el día 24 de enero de 2014.

todavía en español – *alcalde*) < *presidente de la cámara municipal*, *balela* < *mentira*, *auroras* < *aniversario*, *merenda* < *comida*. Algunas palabras siguieron con el mismo significado hasta los días actuales y se usan con poca o mucha intensidad: *donzela*, *moribundo*, *zarolhice*, *fiapo* (persona muy delgada), *xaveco*, *cabisbaixo*, entre otras.

En el campo fonético, había distinción entre *s* y *ç*, *s* intervocálico y *c*, y *ch* y *x*; el diptongo –ão era representado por –om; algunas vocales aparecieron germinadas indicando hiato – el libro *Cancioneiro Geral*³⁰ de Garcia de Resende publicado en 1852 todavía presenta este fenómeno por la preposición *aa*, que se transformará en el portugués moderno en à “craseado” (*a la* – esp.); la nasalización pasó de consonante a vocal en algunas palabras – *luna* > *lũa*, *corona* > *corõa*, *tenere* > *têer*, *vinu* > *vĩõ*; el sufijo actual –vel era –bil o –vil en el arcaico – *terrível*, *semelhável* (COUTINHO: 1962, p. 74-75).

Coutinho también nos informa sobre los cambios morfológicos: los nombres tenían una terminación independiente del género – nte, –or y –ês (“*irmão português*” / “*língua português*”); otras palabras tenían géneros distintos – *fim*, *mar*, *planeta*, *cometa* y otras eran femeninas, y *tribo*, *coragem*, *linguagem* eran masculinas a diferencia de hoy, femeninas (las que terminan en –agem en portugués van al español masculinas); la terminación –des de la conjugación con la segunda persona del plural en presente había en todo tipo de palabra, mientras hoy sólo se ve en los monosílabos – *ouvides* / *ouvis* (en español la pérdida de la –d– pasó a toda palabra); el participio de 2ª conjugación terminaba en –udo, al paso que el español ya presentaba –ido (*naçido* – *Cantar del Mio Cid*); la terminación de tercera persona del pretérito era –om como también otros tipos de palabras terminadas hoy en –ão – *ouverom*, *amarom*, *nom* (en el título del libro *Elucidário das palavras, termos, e frases, que em Portugal antigamente se usárão, e que hoje regularmente se ignorão* se percibe que la terminación fue cambiada por –ão en el siglo XVIII, como también en la versión original de *Os Lusíadas* de Camões publicado en 1572 y hoy prevalece –am en las mismas palabras).

En la sintaxis *ter* y *aver* eran equivalentes antepuestos a participio³¹; la preposición *sem* podía anteceder el gerundio – “*sem levando-a*” – hoy faltaría un elemento entre la preposición y el gerundio tanto en portugués como en español; se

³⁰ Disponible en <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR> – Consultado en el día 24 de enero de 2014.

³¹ En Brasil sigue esta equivalencia, y se prefiere el uso del verbo *ter* principalmente en el habla: “*Eu tinha falado com ele antes de acontecer isso*” / “*Eu havia falado com ele antes de acontecer isso*”

usaba el pronombre sujeto en vez del complemento para sustituir un nombre (en español no se veía eso – “a las sus *fijas* en braço las prendia, legolas al coraçon ca mucho *las* queria” – Cantar del Mio Cid); se usaba *vós* en el sentido del actual *vocês* para referirse a más de una persona, hasta que hoy se consolidó *vocês*³² (en el campo literario, político o religioso podemos presenciar excepciones); el adjetivo *cujo(a)* podía iniciar una pregunta – “*cujo* é este poder?” – (en español arcaico también); se usaba muchos pleonasmos y anacolutos; el pronombre complemento podía situarse en un lugar u otros, habiendo así los casos de proclisis, enclisis y principalmente “mesóclise” (caso que casi nunca se nota hoy al menos en Brasil); el pluscuamperfecto era muy usado, mientras que hoy se restringe a contextos específicos (en español las terminaciones del pluscuamperfecto –ara, –aras, –ara... del portugués pasaron al subjuntivo <aunque *estudiaras*, no sabrías>).

10 DISCUSIONES SOBRE LA RELACIÓN O CONTACTO ESPAÑOL-PORTUGUÉS

Desde el capítulo 1º al 9º hemos podido observar que el español y portugués han estado muy próximos a lo largo de la historia en cuanto a la cultura, política, creencias y principalmente lengua(je) de entre otros contextos. Asimismo, a través del estudio comparativo hecho de la (pre)historia de los dos idiomas fue inevitable que nos surgieran problemas como por qué el español presenta tantas características lingüísticas idénticas o parecidas al portugués, y, por que se parecen demasiado, por qué presentan todavía diferencias; al paso que estos principales problemas nos iban incitando a buscar respuestas, hipótesis empezaron a surgir desde la prehistoria cuando notamos que Iberia era una tierra sin reinos o provincias, sin barreras políticas, culturales y precisamente lingüísticas.

Antes de todo, la hipótesis inicial es que si pueblos aborígenes y los prerromanos habitaron o pudieron habitar tierras lusas e hispanas sin restricciones, aunque cada cual tenía su región “delimitada” – íberos, vascos y tartesios, nada pudo evitar que España y Portugal tendieran a presentar rasgos lingüísticos similares o plenamente en los siglos posteriores: con la llegada de los celtas, fenicios, griegos y cartaginenses, Iberia comparte culturas adversas: la lengua y cultura celta indo-europea irrumpe en el medio

³² En español la equivalente *vosotros* prosiguió al menos en España y lugares aislados, ya que en Hispanoamérica y otros sitios se cristalizó el uso de *ustedes*.

de los íberos de lengua no indoeuropea, formando los celtíberos con lenguaje y cultura peculiar; los íberos se extendieron desde el nordeste ibérico hacia el extremo este y llegando hasta el sur; los celtas ocuparon la actual Galicia hasta el sur portugués; los turdetanos al extremo sur; dentro del territorio celta hubo la presencia del pueblo y del idioma ligur; la riqueza de Tartessos provocó la llegada de los fenicios, griegos y después los fenicios cartaginenses a tierras hispanas. Hasta ahí la influencia de los pueblos aborígenes y de los primeros invasores parece concentrarse más en topónimos dentro del campo lingüístico, pero la cultura, creencias y los asuntos comerciales fueron desde luego elementos imprescindibles en la formación del carácter ibérico.

Años después, los romanos llegan a Iberia, llamada ahora Hispania, e infunden ahí su cultura y lengua. El superestrato romano fue de todos el más grandioso en la Península, pues es el latín de Roma que se hace la lengua madre de los dialectos románicos futuros; no existía nacionalidades todavía sino provincias romanas que al principio hablaban un mismo latín en todo territorio peninsular; durante el imperio romano hemos visto que el latín empezó a vulgarizarse en la boca de los dominados.

Con la llegada de los bárbaros en el siglo V es que el latín vulgar se consolida, surgiendo el proto-romance. De entre los primeros invasores germánicos se destacan los suevos en Galicia y norte del actual Portugal; el pueblo visigodo llega después con mucho más fuerza, formando su reino en Hispania, convirtiéndose al cristianismo, aceptando el latín como la lengua hispánica aunque se comunicaran en gótico, superestrato que “deixa sequelas no português e espanhol” (MASIP: 2003, p. 26). A partir de los bárbaros es que la historia de la lengua española y portuguesa fue diferenciándose con más claridad de la historia de otras lenguas neo-latinas: la influencia del germánico no fue similar entre España y Francia, por ejemplo, como fue entre España y Portugal.

Durante el establecimiento de los árabes desde el siglo VIII al XV, surgen España y Portugal. Portugal pasa a existir desde el siglo XII, pero España surge con el avance del reino de Castilla que sólo se establece a fines del XV con la victoria sobre los últimos árabes – un proceso que se llama reconquista cristiana. El elemento lingüístico árabe de Hispania no pareció ni un poco con el superestrato latino, hasta porque no hubo represión de la cultura y creencia romana ni del uso del romance así como fue en la Hispania germánica. Aun así, más una vez el español y portugués son juntos herederos de una gran cantidad de términos árabes, de forma que la mayoría de las palabras árabes del léxico español son vistas también en portugués.

De esta manera, nada nos prohíbe afirmar con total seguridad que la intimidad de los dos idiomas es reflejo de la íntima prehistoria e historia que poseen, de la existencia de los pueblos aborígenes en Iberia, de los sustratos y superestratos que influyen en la ahí hasta el fin del Medievo: se queda claro que esta es nuestra principal hipótesis frente a los problemas arriba citados. Los elementos compartidos por los dos idiomas sobrepasan muy probablemente el 85% (RAMIREZ LUENGO: 2010, p. 21).

Para explicar las pocas diferencias entre los idiomas, podemos basarnos en un párrafo de Coutinho (1962, p. 61), cuando mencionaba sobre el territorio que corresponde hoy a Galicia y Portugal:

Não é desarrazoado afirmar que o tratamento diferente que teve o latim nessa região, ao menos quanto à parte setentrional e central, se justifica, por ter sido o território ocupado pelos celtas e suevos, e haver constituído um feudo, que mais tarde se tornou independente.

Esta relación español-portugués en la historia ha sido vista y estudiada en los últimos años como un contacto. En este trabajo nos aseguramos que el contacto español-portugués empieza con la relación de Castilla y Portugal ya en el siglo XII, pero bien sabemos y hemos estudiado que la relación de habitantes de tierras hoy lusas y españolas pudo haber desde la prehistoria. No hemos presenciado barreras que podrían impedir el contacto lingüístico de diferentes pueblos en la Península Ibérica, hasta mismo cuando surgieron los reinos.

El contacto español-portugués después de la independencia de ambos idiomas sólo hizo con que permanecieran semejándose, y acabó ofuscando el carácter autónomo que asumieron: “a mediados del siglo XVI estudiosos como Juan de Valdés, en 1535, y el anónimo autor de la gramática de Lovaina de 1559 mantienen aun la idea de que el portugués y el español son dialectos de la misma lengua (...)” (RAMIREZ LUENGO: 2010, p. 21).

De manera metafórica, podemos decir que la hermandad de los países ha estado presente en la sangre de los españoles y portugueses desde el fin de la Edad Media hasta hoy en los días actuales, irrumpiendo hasta en el continente americano. La extensión de este contacto no se ha notado entre otros países:

(...) há uma forte semelhança entre os dialetos ibéricos pertencentes ao mesmo sistema dialetal: essa semelhança contrasta, por exemplo, com a variedade dos dialetos da Itália do Norte, dos dialetos réticos ou dos franco-provençais. (ILARI, 2006, p. 170).

No obstante, de hecho Portugal consigue frenar la complicidad de los idiomas ya en el siglo XVI con la creación de la *Gramática da Língua Portuguesa* de Fernão de Oliveira (1536) y la *Gramática da língua portuguesa* de João de Barros (1540). Ramirez Luengo (2010) destaca estas obras como un intento de presentar y evidenciar la identidad de la lengua lusitana principalmente frente a la castellanización que estaba sufriendo la corte y las clases portuguesas. Hay que recordar también que junto a las gramáticas, la literatura portuguesa en el siglo de oro manifestó al mundo su independencia.

Y con la unión ibérica, momento en que España y Portugal tienen el mismo rey desde 1580(1) hasta 1640, el contacto español-portugués, que a pesar de las similitudes presentan sistemas lingüísticos autónomos, será facilitado, en un período en que ambos están todavía expandiéndose no sólo en España como en otros continentes.

Lapesa (1981, p. 298) parece concordar con nuestros últimos párrafos cuando dice acerca de Portugal:

En Portugal, cuyos vínculos con España se mantenían firmes, no era extranjero el castellano: el desarrollo de la lengua vernácula no impidió que, siguiendo a los poetas del Cancionero de Resende y a Gil Vicente, los más relevantes clásicos lusitanos, Sá de Miranda, Camões, Rodrigues Lobo y Melo, practicasen el bilingüismo; otros, Montemayor, por ejemplo, pertenecen casi íntegramente a la literatura castellana; y algunos elogian el castellano como lengua más universal que el portugués.

Por fin, por causa de la citada unión de las coronas, y aún la permisión del matrimonio entre reyes portugueses con princesas castellanas, la publicación de obras castellanas en Portugal o portuguesas en idioma castellano, la emigración de estudiantes de Coímbra a Salamanca y la relación de las iglesias católicas lusas e hispanas (RAMIREZ LUENGO: 2010, p. 24), prueban de una vez por todas que el español (castellano) y el portugués además de ser herederos del influjo de prácticamente las mismas lenguas pasadas, lo que provocó la relación de los dos idiomas, manifiestan, a partir del fin de la Edad Media hasta los días actuales un contacto finalmente como lenguas autónomas neolatinas. Claro, por estos registros históricos se nota que el español por lo menos hasta el siglo XVII se transforma en la lengua de cultura, la lengua de referencia en la Península, un superestrato en Portugal, lo que hace con que los portugueses al contactar con ella se hagan bilingües, como hemos visto en el comentario de Lapesa arriba. Por el otro lado, se puede presumir que la influencia del

portugués sobre el español se restringe más en el campo lexical, como podemos ver en el sucinto análisis de los lusismos que hace Lapesa (1981, p. 411).

Durante toda la prehistoria e historia de las dos lenguas, como desde el empiezo hemos mencionado, no hubo represiones suficientes que declararan cuál lengua debería ser hablada sino una superioridad e influjo del más poderoso superestrato en la Península, el latín, lengua madre, que aun así fue fuertemente modificado. En otras palabras, la Península Ibérica desde tiempos remotos ha sido entendida como una tierra, una nación. El establecimiento de los países, España y Portugal, por lo tanto, no esconde ni un poco la explícita relación histórica, cultural y lingüística de las dos naciones. Podemos afirmar que el territorio peninsular hasta podría llamarse Iberia o Hispania, donde las lenguas española y portuguesa no serían nada más que dialectos de una misma región. Formalmente por supuesto eso no ha ocurrido, pero informalmente la Península Ibérica presentó desde el Medievo y hoy aún presenta lenguas y dialectos hermanos, y nunca ha sido impedido ahí el contacto de tales sistemas lingüísticos. Dicha situación se traduce en el estudio del continuo dialectal ibérico (PENNY: 2007).

De esta forma, el castellano y el portugués son dialectos que se han desarrollado dentro del continuo dialectal ibérico, junto a otros dialectos, leonés, asturiano, aragonés, gallego, catalán. Pero destaca Penny (2007) que es imposible demarcar los dialectos, sino que cada dialecto puede ser hablado en cualquier región peninsular, y esto depende del contacto en las áreas fronterizas o en el caso de emigraciones, donde los accesos a los sitios de la Península son libres. De esta manera, dentro de la región donde se juzga que el dialecto sea andaluz, puede que haya hablares castellanos o surja otra variedad con el contacto de los dos pueblos. Hemos dicho ya que algunos dialectos fueron sofocados por influjo del castellano, y otros no desaparecieron como el andaluz, lo que refuerza la idea de Penny, que ve como imposible poner límites geográficos en la Península en cuanto a los dialectos hablados, pues si en Andalucía hay el influjo del castellano, no se debe decir que el sur español tiene el dialecto andaluz, porque los dialectos son móviles.

La única demarcación que se puede hacer en la Península Ibérica es político-administrativa, o sea, ya que España y Portugal son oficializados países, tienen sus idiomas autónomos, estándares. Pero en la práctica el castellano y el portugués junto a los otros dialectos, son variantes de este continuo dialectal ibérico, y, como hemos analizado, son las dos lenguas (término convencional) que más se asemejan y entran en

contacto de entre las románicas: relación y contacto que traspasa el Medievo y hasta se hace intercontinental.

CONCLUSIÓN

No hay mejor manera de exponer la relación de dos o más lenguas sino es por un análisis comparativo. No obstante, nuestra preocupación a lo largo de este trabajo ha sido hacer un estudio contrastivo del español y portugués basado, además de todo, en fechas prehistóricas e históricas, a través de los datos, registros y testimonios que se han encontrado a lo largo de los siglos sobre esta familiaridad existente entre el español y el portugués. Y esto no hace creer que los principales motivos de similitud entre los dos idiomas son históricos, y nunca algo casual o al azar.

Sea por medio de investigaciones filológicas o sociolingüísticas, nuestros objetivos de averiguar la relación de las dos lenguas, estudiando sobre los aborígenes de las tierras hoy de Portugal y España hasta el momento de la expansión de ambas, nos pone ante un abanico de informaciones que explican el gran porcentaje que hay de similitud entre los dos idiomas, y a la vez nos enseña en qué punto se diferencian, por qué, y cuáles son las diferencias.

Todo empieza con una relación de pueblos y lenguas aborígenes, después, con las influencias llamadas sustratos y superestratos, una relación de dialectos muy próximos, y culmina con la relación de lenguas autónomas. Por lo tanto, las barreras lingüísticas que fueron y son vistas en algunos países de lenguas hasta mismo hermanas, no fueron y tampoco son vistas en la Península Ibérica (España y Portugal).

Eso nos lleva a considerar que, aunque la antigua Iberia fue dividida en dos países, España y Portugal, y a partir de ahí empezaron a ser tratadas como lenguas, el español y el portugués sólo son, al lado de otras, variantes de un mismo continuo dialectal, el ibérico, desde la Edad Media hasta hoy.

Para romper un poco con esta familiaridad y alejarse, hemos sabido que Portugal (o parte del territorio actual portugués) recibe un tratamiento especial de los celtas, de los romanos, y con los bárbaros suevos su modalidad vulgar empezaba a presentar particularidades, hasta que durante el establecimiento de los árabes, el dialecto portugués se solidifica; pero las delimitaciones geográficas no explican por ejemplo por qué el portugués asume características del catalán que está al extremo; eso es sólo un ejemplo de varios que comprueban que los portugueses, gallegos, castellanos, catalanes... han tenido relación y entrado en contacto no sólo en el fin del Medievo, como también en los días actuales.

El presente trabajo se ha resumido en el análisis de los mismos influjos de territorios hoy lusos e hispanos tuvieron de pueblos y lenguas ajenas, y buscar la explicación para el mínimo distanciamiento del español y del portugués, resultado evidenciado con la separación de nacionalidades y diferentes administraciones políticas, ya que en el contexto (socio)lingüístico el compartir de los dos idiomas de rasgos antiguos y nuevos de sus autónomos sistemas como también de otros dialectos y lenguas peninsulares la geografía todavía no ha conseguido delimitar.

BIBLIOGRAFÍAS

ALARCOS LLORACH, E., 1982, **El español, lengua milenaria** (*y otros escritos castellanos*). Valladolid, Col. Ambito Castilla y León.

ALVAR, Carlos. MAINER, José Carlos. NAVARRO, Rosa. **Breve historia de La literatura española**. Madrid: Alianza Editorial, 2007.

BARRETTO, Mônica Maria Guimarães Savedra & SALGADO, Ana Claudia Peters (org.). **Sociolingüística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato** (homenagem ao professor Jürgen Heye). Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolingüística: uma introdução crítica**; tradução – Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática Histórica**. 5º ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962.

ILARI, Rodolfo. **Lingüística Românica**. 3º ed. São Paulo: Ática, 2006.

LAPESA, Rafael. **Historia de la Lengua Española**. Madrid: Editorial Gredos, S. A., 1981.

MASIP, Vicente. **Gramática histórica portuguesa e espanhola. Um estudo sintético e contrastivo**. São Paulo: E. P. U., 2003.

PENNY, Ralph. **“Continuum” dialectal y fronteras estatales – El caso del leonés medieval**. Quen Mary. University of London, 2007.

POZA, José Alberto Miranda. **España y América: três ensayos de lengua y literatura**. Recife: Bagaço, 2007.

RAMIREZ LUENGO, José Luis. **El contacto del español y el portugués en la historia: situaciones y resultados americanos**. Letr@ Viv@. 2010, vol 10, p. 13-48

RAMÍREZ LUENGO, José Luis. 2005. **Contacto hispano-portugués en la Romania Nova: aproximación a la influencia portuguesa en el español uruguayo del siglo XIX**. Res Diachronicae Virtual 4: *El Contacto de Lenguas*. Número monográfico coord. Por Ana Rodríguez Barreiro y Ana García Lenza. 115-132.

TEYSSIER, Paul: **História da Língua Portuguesa**. Lisboa: Sá da Costa, 2001.

TROUCHE, André Luiz G.; REIS, Livia de Freitas. **Hispanismo 2000 / 1. Espanha – Trabalhos diversos. 2. Espanha – Língua e Literatura.** Ministerio de Educación, Cultura y Deporte/Associação Brasileira de Hispanistas, 2001.

VALDÉS, Juan de: **Diálogo de la lengua** (Ed. De F. F. Corso). Buenos Aires: Librería Perlado, 1940.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da lingüística.** [trad.] Marcos Bagno. — São Paulo: Parábola Editorial. 2002.

WEINRICH, Uriel. **Languages in contact.** New York, 1953, republicado por Mouton, Haia, 1963.

WEBGRAFÍAS

<http://www.rae.es/>

<http://www.priberam.pt/DLPO/Default.aspx>

http://www.fonologia.org/quadro_fonetico.php

<http://www.youtube.com/watch?v=lQJ8dHH0KjQ&hd=1>

<http://www.hs->

[augsburg.de/~%20harsch/hispanica/Cronologia/siglo12/Magos/mag_aut0.html](http://www.hs-augsburg.de/~%20harsch/hispanica/Cronologia/siglo12/Magos/mag_aut0.html)

http://www.mundohistoria.org/blog/articulos_web/la-hispania-bizantina

http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/el-espaol-arcaico-la-aparicin-de-la-literatura-romance-juglara-y-clereca-0/html/00f4a18a-82b2-11df-acc7-002185ce6064_2.html

<http://www.los-poetas.com/e/cid.htm>

<http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca->

[virtual/files/histaria_da_lngua_portuguesa_1360184313.pdf](http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/histaria_da_lngua_portuguesa_1360184313.pdf)

- Consultados entre el mes de diciembre de 2013 y febrero de 2014.